



Estado do Rio Grande do Sul

**Prefeitura Municipal de São Martinho**

—□—

**LEI MUNICIPAL N° 947/91**

de 05 de novembro de 1991

Institui o Novo Código de Obras do Município de São Martinho e dá outras providências.

ALOÍSIO TALSO CLASSMANN, Prefeito Municipal de São Martinho, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER, em cumprimento ao dispositivo no artigo 42 da Lei Orgânica do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**Art. 1º – É instituído por esta Lei, o CÓDIGO DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE SÃO MARTINHO RS.**

**DEFINIÇÕES**

**Art. 2º – Para os efeitos do presente Código de Obras são admitidas as seguintes definições:**

**ACRÉSCIMO** – aumento de obra ou edificação, concluída ou não; aumento; ampliação.

**ALINHAMENTO** – linha estabelecida como limite entre os lotes e o respectivo logradouro público.

**ALINHAMENTO DE CONSTRUÇÃO** – linha estabelecida como limite das edificações em relação ao respectivo logradouro público.

**ALTURA DE UMA FACHADA** – segmento vertical medido ao meio de uma fachada e compreendido entre o nível do meio fio e uma linha horizontal passando pelo forro do último pavimento quando se tratar da edificação no alinhamento do logradouro.

**ALVARÁ** – documento expedido pelas autoridades competentes autorizando a execução de obras sujeitas à fiscalização. Licença; licenciamento.

**APARTAMENTO** – conjunto de dependências ou compartimentos que constituem uma habitação ou moradia distinta ou unidade autônoma de habitação ou moradia em prédio de habitação múltipla ou coletiva.

**APROVAÇÃO DE PROJETO** – ato administrativo que precede o licenciamento de uma construção.

**ÁREA** – medida de uma superfície; superfície.

**ÁREA ABERTA** – área cujo perímetro é aberto, no mínimo em um dos lados, para o logradouro público.

**ÁREA CONSTRUÍDA** – soma da área útil e da área ocupada por paredes, pilares e semelhantes.



Estado do Rio Grande do Sul

**Prefeitura Municipal de São Martinho**

—□—

- 2 -

**ÁREA EDIFICADA** — área do terreno ocupada pela edificação, considerada por uma projeção horizontal; não sendo computadas as projeções das beiradas, pérgeas, sacadas, frisos ou outras saliências semelhantes.

**ÁREA FECHADA** — área guarnecida em todo o seu perímetro por paredes ou divisas de lotes.

**ÁREA IDEAL** — área proporcional a outra área; parte ideal, parte da área comum, da área das paredes, do terreno e outras, que correspondem a cada economia, proporcionalmente à área útil da mesma.

**ÁREA LIVRE** — área ou superfície do lote ou terreno não ocupada por área edificada.

**ÁREA INTERNA** — área livre guarnecida em todo o seu perímetro por paredes; equivale, para a aplicação do presente código de obras, à área fechada.

**ÁREA PRINCIPAL** — área através da qual se verifica a iluminação, ventilação de compartimentos de permanência prolongada.

**ÁREA SECUNDÁRIA** — área através da qual se verifica a iluminação e ventilação de compartimento de utilização transitória.

**ÁREA ÚTIL** — área ou superfície utilizável de uma edificação.

**ARQUITETURA DE INTERIORES** — obras em interiores de edificações que impliquem em criação de novos espaços internos, ou modificação de função dos mesmos, ou alteração dos elementos essenciais, ou das respectivas instalações.

**ADEGA** — compartimento, geralmente subterrâneo, que serve por suas condições de temperatura para guardar bebidas.

**ÁGUA** — termo genérico do plano ou do pano do telhado.

**ALICERCES** — obras de material convenientemente executadas abaixo do nível do solo e destinadas à distribuição sobre as fundações das cargas da edificação.

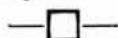
**ALPENDRE** — área coberta, saliente da edificação, cuja cobertura é sustentada por colunas, pilares ou consolos.

**ALVENARIAS** — as alvenarias são constituídos de pedras, naturais ou artificiais, ligadas entre si de modo estável pela combinação de juntas e interposições de argamassa ou somente por um desses meios.



Estado do Rio Grande do Sul

**Prefeitura Municipal de São Martinho**



- 3 -

- ANDAIME** - plataforma elevada destinada a suster os materiais e operários na execução de uma edificação ou reparos.
- BALANÇO** - avanço da edificação além das paredes externas do pavimento térreo e acima deste.
- BANDEIRA** - vedação fixa ou móvel na parte superior de janelas ou portas.
- BEIRAL OU BEIRADO** - parte da cobertura que faz saliência sobre o prumo das paredes externas.
- CALÇADA** - pavimentação dentro do lote ou junto ao meio fio do logradouro.
- COMPARTIMENTO** - cada uma das divisões interna de uma edificação; divisões; quarto; dependências; recinto; ambiente.
- CONERTO** - reconstrução de pequena monta; restauração.
- COTA** - indicação ou registro numérico de dimensões; medida; indicação do nível de um plano ou ponto em relação a outro, tomado como referência.
- COPA OU COMEDOR** - compartimento auxiliar da cozinha.
- CORREDOR** - compartimento de circulação entre as dependências de uma edificação.
- COZINHA** - compartimento onde são preparados os alimentos.
- CARTA DE HABITAÇÃO, "HABITE-SE"** - documento fornecido pela municipalidade autorizando a ocupação da edificação.
- CASA DE MÁQUINAS** - compartimento em que se instalaram as máquinas comuns de uma edificação.
- CASA DE BOMBAS** - compartimento em que se instalaram as bombas de recalque.
- CLARABÓIA** - abertura, em geral dotada de caixilho de vidro ou fibro de vidro, ou produto similar, no teto ou forro de uma edificação para iluminação e/ou ventilação.
- CORPO AVANÇADO** - balanço fechado de mais de vinte centímetros.
- DECORAÇÃO** - obras em interiores, com finalidade exclusivamente estética, sem criar novos espaços internos, nem alterar suas funções, elementos essenciais ou instalações.
- DEMOLIÇÃO** - destruição; arrasamento; desmonte de uma edificação; decréscimo; alteração para menos da área construída.



Estado do Rio Grande do Sul

**Prefeitura Municipal de São Martinho**

—□—

- 4 -

**DEPENDÊNCIA** – compartimento; quarto; recinto; anexo.

**DEPENDÊNCIA DE USO COMUM** – dependências cujo uso é comum a vários titulares de direito das unidades autônomas.

**DEPENDÊNCIAS DE USO PRIVATIVO** – dependências cujo uso é reservado aos respectivos titulares de direito.

**DEGRAU** – desnívelamento formado por uma superfície.

**DEPÓSITO** – edificação ou parte de uma edificação destinada à guarda prolongada de materiais, mercadorias ou utensílios domésticos.

**DESPENSA** – compartimento destinado à guarda de gêneros alimentícios.

**DORMITÓRIO** – compartimento de permanência prolongada noturna, destinada ao descanso no sono.

**DIVISA** – linha que separa o lote de propriedades confinantes.

**ECONOMIA** – unidade autônoma de uma edificação, possível de tributação.

**EMBARGO** – ato administrativo que determina a paralisação de uma obra.

**EMPACHAMENTO** – utilização de espaços públicos para finalidades diversas.

**ESCALA** – relação de homologia existente entre o desenho e o que ele representa.

**ESPECIFICAÇÕES** – discriminação dos materiais, mão de obra, leis sociais e serviços empregados na edificação; memorial descritivo; descrição pormenorizada.

**ESCADA** – elemento de construção formado por uma sucessão de degraus.

**ESCADARIA** – série de escadas, dispostas em diferentes lances e separadas por patamares ou pavimentos.

**ESPELHO** – parte vertical do degrau de uma escada.

**ELEVADOR** – máquina que executa o transporte, em altura, de pessoas ou mercadorias.

**ESQUADRIA** – termo genérico para indicar porta, janela, cai-xilho e veneziana.

**FACHADA** – elevação das partes externas de uma edificação.

**FACHADA PRINCIPAL** – fachada voltada para o logradouro público.

**FUNDAÇÕES** – conjunto dos elementos da construção que transmitem ao solo as cargas de uma edificação.



Estado do Rio Grande do Sul

**Prefeitura Municipal de São Martinho**

—□—

- 5 -

**FORRO** - revestimento da parte inferior sob o madeiramento do telhado ou cobertura de um pavimento, podendo ser de madeira, laje de concreto armado, pré-laje de concreto, ou produto similar.

**FOSSA SÉPTICA** ou **FOSSA SANITÁRIA** - tanque de concreto ou alvenaria revestida em que se deposita o efluente do esgoto e onde a matéria orgânica sofre o processo de biodigestão.

**GALERIA** - pavimento intermediário entre o piso e o forro de um compartimento, de uso exclusivo deste.

**GALERIA PÚBLICA** - passagem ou passeio coberto por uma edificação e de uso público.

**GABRITO** - perfil transversal de um logradouro, com a definição da largura total, largura dos passeios, pista de rolamento, canteiro, galerias e outros, podendo também fixar a altura das edificações.

**GALPÃO** - edificação de madeira, fechada total ou parcialmente em pelo menos três de suas faces.

**GABINETE** - compartimento de permanência prolongada diurna, um tanto isolado do serviço geral dos outros compartimentos, destinado a trabalhos particulares.

**HALL** - dependência de uma edificação que serve de ligação entre os outros compartimentos.

**HABITAÇÃO** - economia domiciliar, residência.

**HABITAÇÃO POPULAR** - habitação do tipo econômico, edificada com finalidade social.

**HABITE-SE** - documento expedido pela prefeitura, autorizando a ocupação de edificação nova ou reformada; ou também **CARTA DE HABITAÇÃO**.

**HOTEL** - estabelecimento destinado à hóspedes, geralmente de caráter temporário, em quartos ou apartamentos mobiliados.

**ILUMINAÇÃO** - distribuição de luz natural ou artificial em um compartimento ou logradouro; arte e técnica de iluminar.

**INSOLAÇÃO** - ação direta dos raios solares.

**INDÚSTRIA** - Incômoda: a que produz gases, poeiras, ruídos, trepidações que constituem incomodo a vizinhança.  
Nociva: aquela que, por qualquer motivo, possa tornar-se prejudicial à saúde pública.

Pequena: estabelecimento fabril que empregue até 15 pessoas e que utilize força motriz até 25cv.



Estado do Rio Grande do Sul

**Prefeitura Municipal de São Martinho**

—□—

- 6 -

**Perigosa:** aquela que, por sua natureza, possa constituir perigo de vida à vizinhança.

**INTERDIÇÃO** – ato administrativo que impede a ocupação de um prédio ou impede a permanência de qualquer pessoa numa obra.

**LOGRADOURO PÚBLICO** – parte da superfície da cidade destinada ao transito de veículos e ao uso público, oficialmente reconhecido e denominado por um nome próprio.

**LOTE** – porção de terreno que faz frente ou testada para um logradouro descrita e legalmente assegurada por uma prova de domínio.

**LARGURA DE RUA** – distância ou mediada tomada entre os alinhamentos da mesma.

**LICENÇA** – ato administrativo, com validade determinada, que autoriza o início de uma edificação ou obra; licenciamento de construção.

**LAVANDERIA** – compartimento para lavagem de roupa.

**MARQUISE** – balanço constituindo cobertura.

**MEIO FIO** – bloco de cantaria ou concreto que separa o passeio público da faixa de rodagem.

**MEMORIAL DESCRIPTIVO** – descrição completa dos serviços a executar em uma obra ou serviço.

**MURO DE ARRIMO** – muro destinado a suportar o empuxo da terra.

**NIVELAMENTO** – determinação de cotas ou altitudes de pontos ou linhas traçadas no terreno. Regularização de terreno por desaterro das partes altas e enchimento das partes baixas.

**NORMAS TÉCNICAS** – recomendações da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

**MODIFICAÇÃO** – obras que alteram ou deslocam divisões internas, que abrem, aumentam, reduzem, deslocam ou suprimem vão e que alteram a fachada.

**MORADIA** – morada, lugar onde se mora; habitação; residência

**PAVIMENTO** – plano que divide as edificações no sentido da altura; conjunto de dependências situadas no mesmo nível, compreendido entre dois pisos consecutivos; piso ou andar.

**PAVIMENTO TÉRREO** – pavimento situado ao nível do terreno ou logradouro.

**PÉ-DIREITO** – distância ou medida vertical, entre o piso e o forro de um compartimento.



Estado do Rio Grande do Sul

*Prefeitura Municipal de São Martinho*

—□—

- 7 -

- PARAPEITO** — reguardo de pequena altura, de madeira, ferro ou alvenaria, de sacadas, terraços e galerias.
- PASSEIO** — parte do logradouro público, destinado ao trânsito de pedestres.
- PATAMAR** — superfície intermediária entre dois lances de escada.
- PEITORIL** — coroamento da parte inferior do vão da janela.
- PÉRGOLA OU CARRAMANCHÃO** — construção de caráter decorativo para suporte de plantas, sem constituir cobertura.
- PISO** — chão, pavimentação, pavimento.
- PLATIBANDA** — coroamento de uma edificação, formada pelo prolongamento das paredes externas acima do forro.
- POÇO DE VENTILAÇÃO** — área de pequenas dimensões destinada à ventilação de compartimentos de utilização transitória ou especial.
- PORÃO** — pavimento de edificação, que tem mais de quarta parte do pé-direito abaixo do nível do terreno circundante exterior.
- POSTURA** — regulamento sobre os assuntos de jurisdição municipal; regulamento municipal escrito que impõe deveres de ordem pública.
- PRÉDIO** — construção; edifício; edificação; habitação; casa.
- PROFUNDIDADE DO LOTE** — distância ou medida tomada sobre a normal ao alinhamento ou testada do lote, passando pelo ponto mais afastado, em relação ao mesmo alinhamento ou testada do lote.
- QUARTEIRÃO** — área limitada por três ou mais logradouros adjacentes.
- RECONSTRUÇÃO** — construir novamente, total ou parcialmente, uma edificação sem alterar a sua forma, tamanho, ou função estética, ou outros elementos essenciais da mesma construção.
- REFORMA** — alteração parcial de uma edificação, visando mudar ou melhorar suas condições de uso, sem alteração da forma ou tamanho.
- RESTAURAÇÃO** — restabelecimento; conserto; reconstrução de pequena monta; reparação.
- REENTRÂNCIA** — área em continuidade com uma área maior, limitada por paredes ou, em parte, por divisa de lote.
- RESIDÊNCIA** — economia ocupada para residir; moradia; habitação; casa.



Estado do Rio Grande do Sul

**Prefeitura Municipal de São Martinho**

—□—

- 8 -

- RECUO** — afastamento entre o alinhamento do logradouro e o alinhamento estabelecido.
- RECUO DE ALARGAMENTO** — área do lote proveniente de recuo obrigatório, destinada a posterior incorporação ao logradouro, para alargamento do mesmo.
- RECUO DE AJARDINAMENTO** — área do lote proveniente de recuo obrigatório destinado exclusivamente para ajardinamento.
- SALA DE ESTAR** — compartimento de permanência prolongada diurna, destinada à reuniões, descanso e também, ordinariamente, à recepção de visitas.
- SALA DE JANTAR** — compartimento de permanência prolongada diurna, destinada à refeições principais.
- SALIÊNCIA** — elemento ornamental da edificação que avança além dos planos das fachadas; moldura friso.
- SOLEIRA** — parte inferior do vão da porta.
- SOTÃO** — compartimento compreendido entre o teto do último pavimento e o telhado.
- SOBRELOJA** — pavimento ou andar entre a loja ou andar térreo e o primeiro andar, de uso exclusivo daquela.
- SUBSOLO** — pavimento situado abaixo do piso térreo de uma edificação e de modo que o respectivo piso esteja em relação ao nível do terreno circundante, a uma medida maior que a metade do pé-direito.
- TAPUME** — vedação vertical feita de madeira ou outro material, destinada a isolar uma construção e proteger operários e transeuntes.
- TELHEIRO** — construção formada por cobertura sem forro, suportada, pelo menos em parte, por pilares, podendo ser fechada em duas ou mais faces.
- TERRAÇO** — cobertura de edificação construída de piso utilitário.
- TESTADA** — frente de lote; distância entre as divisas laterais do alinhamento
- TOLDO** — proteção contra intempéries para portas e janelas, com armação articulada retrátil, geralmente de lona, plástico ou metal.
- VERGA** — viga que suporta a alvenaria acima das aberturas.
- VESTÍBULO** — compartimento de pequenas dimensões, junto à entrada principal da edificação; o mesmo que hall.
- VISTORIA** — diligência efetuada por funcionário habilitado para verificar determinadas condições de uma obra.



Estado do Rio Grande do Sul

## Prefeitura Municipal de São Martinho

—□—

- 9 -

**UNIDADE AUTÔNOMA** – parte da edificação vinculada a uma fração ideal do terreno, sujeitas às limitações legais, constituída de dependências e instalações de uso comum da edificação, destinada a fins residenciais ou não, assinaladas por designação especial.

## HABILITAÇÃO PROFISSIONAL

**Art. 3º** – Somente poderão ser responsáveis técnicos os profissionais ou firmas legalmente habilitadas, devidamente registradas na Prefeitura Municipal.

**Art. 4º** – No local das obras deverão ser afixadas as placas dos profissionais intervenientes, de acordo com a legislação vigente.

**Art. 5º** – A substituição de um dos responsáveis técnicos de uma construção deverá ser comunicada por escrito aos órgãos competentes, incluindo um relatório do estado da obra.

**Art. 6º** – ficam dispensados de responsabilidade técnica as construções liberadas por decisão do CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA.

**Art. 7º** – Terão seu andamento sustado, os processos cujos responsáveis técnicos estejam em débito com o Município por multas provenientes de infrações ao presente código.

## I N F R A Ç Õ E S

**Art. 8º** – O proprietário será considerado infrator, independente de outras infrações estabelecidas por lei, quando:

1. iniciar uma construção ou obra sem a necessária licença;
2. ocupar o prédio sem a necessária vistoria e HABITE-SE.

**Art. 9º** – O responsável técnico será considerado infrator, independente de outras infrações estabelecidas por lei, quando:

1. não forem obedecidos os nivelamentos e alinhamentos estabelecidos;
2. o projeto apresentado estiver em evidente desacordo com o local ou forem falseadas cotas e indicações do projeto ou qualquer elemento do processo.



Estado do Rio Grande do Sul

**Prefeitura Municipal de São Martinho**

—□—

— 10 —

3. as obras forem executadas em flagrante desacordo com o projeto aprovado e licenciado.
4. não tiverem sido tomadas as medidas de segurança cabíveis.
5. não estiver afixada no local da obra a placa de ou dos responsáveis técnicos pela mesma.

**Art. 9º – Parágrafo Único** – Nas construções ou obras em que houver dispensa legal de responsável técnico, as infrações relacionadas no artigo anterior, com exceção da ultima, serão de atribuição do proprietário do terreno.

**Art. 10º –** Constatada a infração, será lavrado o respectivo auto, em quatro vias, sendo uma delas entregue ao autuado com as seguintes indicações.

1. data em que foi verificada a infração;
2. local da obra;
3. nome do proprietário do terreno;
4. nome, qualificação e endereço do autuado;
5. fato ou ato que constitui a infração;
6. assinatura do autuado ou, na ausência ou recusa deste, de nome, assinatura e endereço de duas testemunhas.

**M U L T A S**

**Art. 11º –** A multa será aplicada pelo órgão competente, em vista do auto de infração e de acordo com a escala estabelecida.

**S 1º –** Imposta a multa, será dado conhecimento da mesma ao infrator, no local da infração ou em sua residência, mediante a entrega da terceira via do auto de infração, da qual deverá constar o despacho da autoridade que a aplicou.

**S 2º –** Da data da imposição da multa, terá o infrator o prazo de oito(8) dias para efetuar o pagamento ou apresentar defesa escrita.

**Art. 12º –** O valor da multa será o correspondente a um valor referência estabelecido para fins fiscais para cada uma das seguintes infrações:

1. iniciar a construção sem a devida licença;
2. ocupar o prédio sem a necessária vistoria e habite-se.
3. quando não forem obedecidos os nivelamentos e alinhamentos estabelecidos.



Estado do Rio Grande do Sul

**Prefeitura Municipal de São Martinho**

—□—

- 11 -

4. quando o projeto apresentado estiver em evidente desacordo com o local ou forem falseadas cotas e indicações do projeto ou qualquer elemento do processo;
5. quando as obras forem executadas em fragrante desacordo com o projeto aprovado e licenciado
6. quando não tiverem sido tomadas as medidas de segurança cabíveis;
7. quando não estiver afixada no local da obra a placa do ou dos responsáveis técnicos pela mesma;
8. quando não for respeitado o embargo determinado.

§ 1º - Em caso de reincidência, a multa será aplicada em dobro e será dobrada a cada nova reincidência, até no máximo o valor de dez (10) vezes o seu valor.

§ 2º - A reincidência também será aplicável a cada oito (8) dias, contados a partir da data da aplicação da multa anterior, enquanto não for sanada a infração que originou a multa inicial ;

§ 3º - Os casos de reincidência só serão aplicáveis a mesma infração.

**E M B A R G O S**

Art. 13º - As obras em andamento serão embargadas sem prejuízo das multas, quando:

1. estiverem sendo executadas sem a necessária licença;
2. não forem respeitados os nivelamentos e alinhamentos estabelecidos;
3. quando for desrespeitado o respectivo projeto em qualquer de um dos seus elementos essenciais;
4. estiverem sendo executados sem responsável técnico;
5. o responsável técnico sofrer suspensão ou cassação de carteira pelo CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA;



Estado do Rio Grande do Sul

## Prefeitura Municipal de São Martinho

—□—

- 12 -

6. estiver em risco sua estabilidade, com perigo para o público ou o pessoal que a estiver executando.

**Art. 14º** – Verificada a procedência do embargo, será lavrada a respectiva notificação em três vias, sendo uma delas entregue ao infrator, com as seguintes indicações:

1. data em que foi embargada a obra;
2. local da obra;
3. nome do proprietário do terreno;
4. nome, qualificação e endereço do infrator;
5. fato ou ato que motivou o embargo;
6. assinatura do infrator.

**Parágrafo Único** – Na ausência do infrator ou da recusa deste em assinar a notificação de embargo, será a mesma publicada no órgão oficial do município e, na falta deste, no quadro de avisos, seguindo-se o processo administrativo e a ação competente da paralização da obra.

**Art. 15º** – O embargo somente será levantado após o cumprimento das exigências consignadas no respectivo termo.

## INTERDIÇÃO DE PRÉDIO

**Art. 16º** – Qualquer edificação ou construção poderá ser interditada, total ou parcialmente, em qualquer tempo, com impedimento de sua ocupação ou uso, quando oferecer iminente perigo de caráter público.

**Art. 17º** – A interdição prevista no artigo anterior será imposta por escrito, após vistoria efetuada pelo órgão competente.

**Parágrafo Único** – Não atendida a interdição e não interposto recurso ou indeferido este, tomará o Município as providências cabíveis.

## DEMOLIÇÕES POR INFRAÇÃO

**Art. 18º** – A demolição total ou parcial será imposta toda a vez que for infringido qualquer dispositivo do presente código.



Estado do Rio Grande do Sul

## Prefeitura Municipal de São Martinho

—□—

- 13 -

**Art. 19º** – A demolição não será imposta nos casos em que sejam executadas modificações que a enquadram nos dispositivos da legislação em vigor.

**Parágrafo Único** – Tratando-se de obra julgada em risco, aplicar-se-á ao caso o disposto no Código de Processo Civil.

## LICENÇA PARA CONSTRUIR

**Art. 20º** – Nenhuma edificação ou construção poderá ser iniciada sem a necessária licença para construir.

**Art. 21º** – A licença para construir será concedida mediante:

1. requerimento de licença para construir, assinado pelo proprietário e acompanhado de escritura pública ou contrato de compra e venda devidamente registrado em cartório;
2. pagamento das respectivas taxas;
3. anexação de projeto ou indicação de projeto aprovado em vigor.

**Art. 22º** – A licença para construir terá validade de doze(12) meses; findo este prazo e não tendo sido iniciada a construção a licença perderá a sua validade

**Parágrafo Único** – Antes de terminar o prazo, a licença poderá ser renovada, uma única vez, mediante requerimento, por mais de um período de doze (12) meses, desde que ainda válido o projeto aprovado.

**Art. 23º** – Após a caducidade, poderá ser requerida nova licença, procedendo-se como se a primeira fosse.

## APROVAÇÃO DE PROJETOS

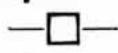
**Art. 24º** – O processo de aprovação de projetos será constituído dos seguintes elementos:

1. requerimento de alinhamento;
2. requerimento de aprovação do projeto; este requerimento será dispensado quando o projeto estiver acompanhado de requerimento de licença



Estado do Rio Grande do Sul

**Prefeitura Municipal de São Martinho**



- 14 -

3. plantas de situação e localização;
4. plantas baixas, cortes e fachadas;
5. projetos estruturais e de instalações, exigidos pelos órgãos competentes.

§ 1º - Os requerimentos serão aprovados pelo proprietário; os elementos que compõe o projeto deverão ser assinados pelo proprietário, pelo autor do projeto e por todos os responsáveis técnicos que intervirão na execução da obra.

§ 2º - A planta de situação deverá caracterizar a posição do lote relativamente ao quarteirão, indicando as dimensões do lote, a distância até a esquina mais próxima e sua orientação magnética.

§ 3º - A planta de localização deverá registrar a posição da edificação relativamente as linhas de divisa do lote e outras construções nele existentes; a planta de situação e localização poderão constituir um único desenho.

§ 4º - As plantas baixas deverão indicar o destino, as dimensões e as área de cada compartimento e as dimensões dos vãos; tratando-se de repetição, bastará a apresentação de uma só planta baixa do andar tipo.

§ 5º - Os cortes serão apresentados em número suficiente, numa inferior a dois (2), para um perfeito entendimento do projeto; os cortes deverão ser convenientemente cotados e apresentar o perfil do terreno; tratando-se de repartições, os cortes deverão ser simplificados, na forma convencional, desde que seja cotada a altura total da edificação.

§ 6º - Os elementos do projeto arquitetônico poderão ser agrupados em uma única prancha.

§ 7º - Os projetos estruturais e de instalações obedecerão as respectivas normas da ABNT e poderão a critério do órgão competente, ser apresentados posteriormente, antes da vistoria de conclusão da obra.



Estado do Rio Grande do Sul

**Prefeitura Municipal de São Martinho**

—□—

- 15 -

§ 8º - Os desenhos obedecerão as seguintes escalas mínimas:

Plantas baixas, cortes e fachadas.....	1/100 ou 1/50
Plantas de situação .....	1/200
Plantas de localização .....	1/500

§ 9º - As escalas indicadas no parágrafo anterior, a critério do município, poderão ser alteradas quando as pranchas resultarem em tamanho exagerado e pouco prático (superior a 110 x 78 cm ).

§ 10º - A escala não dispensará a indicação de cotas, as quais prevalecerão nos casos de divergências entre as mesmas e as medidas tomadas no desenho.

**Art. 25** - O Executivo fixará o número de cópias que deverão instruir o processo de aprovação de projetos.

**Art. 26** - O papel empregado no desenho do projeto e nas especificações deverá obedecer aos formatos e as dobragens da ABNT; podendo também ser apresentado com papel de formulário contínuo no caso de ser apresentado com desenho gráfico através de processo eletrônico( impressora gráfica, laser ou similar ).

**Art. 27** - Os processos de aprovação de projetos só serão iniciados após o cumprimento das exigências estabelecidas por outros órgãos públicos ou paraestatais intervenientes.

**Art. 28** - A aprovação do projeto terá doze (12) meses de validade; decorrido este prazo e não havendo licença para construir em vigor, será o respectivo processo arquivado.

**Art. 29** - A responsabilidade dos projetos, especificações, cálculos e outros apresentados, cabe aos respectivos autores e a da obra aos executores da mesma.

**Parágrafo Único** - A municipalidade não assumirá qualquer responsabilidade em razão da aprovação de projeto ou de obras mal executadas.

**Art. 30** - Para fins de fiscalização, o projeto aprovado deverá ser mantida no local da obra.



Estado do Rio Grande do Sul

## Prefeitura Municipal de São Martinho

—□—  
— 16 —

Art. 31 - Qualquer modificação do projeto, durante a construção, deverá ser previamente submetida, por requerimento, à aprovação dos órgãos competentes.

### ISENÇÃO DE PROJETO

Art. 32 - Independem de apresentação de projeto, ficando contudo sujeitos à concessão de licença, os seguintes serviços e obras:

1. galpão de uso doméstico; galinheiros sem finalidade comercial; e telheiros com até dezoito metros quadrados de área coberta;
2. carramanchões e frentes decorativas;
3. estufas e coberturas de tanque de uso doméstico;
4. serviços de pintura externa e interna;
5. conserto e execução de passeios públicos;
6. rebaixamento de meios-fios;
7. construção de muros no alinhamento dos logradouros;
8. substituição ou reparos do revestimento de edificações;
9. reparos internos e substituição de aberturas em geral;
10. construções de madeira, até oitenta (80,00) metros quadrados, situados em zona rural.

### ISENÇÃO DE LICENÇA

Art. 33 - Independem de licença os serviços de remendos e substituições de revestimentos de muros, impermeabilizações de terraços, substituição de telhas, calhas e condutores, construção de passeios internos e de muros de divisa, até dois (2,00) metros de altura.

### OBRAS PARCIAIS

Art. 34 - Nas obras de reforma, reconstrução ou ou acréscimo, os projetos deverão ser apresentados com indicações que permitam a perfeita identificação das partes a conservar, demolir ou acrescer.

Art. 35 - Nas construções existentes, atingidas por recuo de alargamento, não serão permitidas obras que aumentem a área construída, mesmo quando houver demolições, ou que perpetuem a edificação.



Estado do Rio Grande do Sul

## Prefeitura Municipal de São Martinho

—□—

- 17 -

Art. 36 - Nas construções existentes, atingidas por recuo de ajardinamento, não serão permitidos aumentos ou acréscimos dentro da área de recuo nem obras que perpetuem a parte da edificação atingida pelo mesmo.

## OBRAS PÚBLICAS

Art. 37 - De acordo com o que estabelece a legislação federal pertinente, não poderão ser executados, sem licença da Prefeitura, devendo obedecer as determinações do presente código, ficando entretanto isentas de pagamento de emolumentos, as seguintes obras:

1. construções de edifícios públicos;
2. obra de qualquer natureza em propriedade da União ou Estado;
3. obras a serem realizadas por instituições oficiais ou paraestatais (Instituto de Previdência, Caixa ou Associação) quando para a sua sede própria.

## M U R O S

Art. 38 - Os muros de alvenaria ou material similar, levantados nos alinhamentos dos logradouros, não poderão ter altura superior a oitenta centímetros (80,0cm) não computados os muros de arrimo; esta altura poderá ser completada até no máximo de dois metros e dez centímetros (2,10m) com materiais que permitam a continuidade visual (grades, telas e similares).

## PROTEÇÕES

Art. 39 - Nos terrenos, edificados ou não, poderá ser exigido dos proprietários:

1. muros de arrimo ou tratamento de taludes, sempre que o nível dos terrenos não coincidir com o do logradouro;
2. canalizações de águas pluviais servidas ou drenos;
3. aterro do terreno, quando o mesmo não permitir uma drenagem satisfatória.

## ANDAIMES

Art. 40 - Os andaimes deverão satisfazer as seguintes condições:



Estado do Rio Grande do Sul

**Prefeitura Municipal de São Martinho**

—□—

- 18 -

1. apresentarem perfeitas condições de segurança em seus diversos elementos;
2. respeitarem, no máximo, a largura do passeio, menos trinta centímetros (30 cm);
3. preverem efetivamente a proteção das árvores, dos aparelhos de iluminação pública, dos postes e de qualquer dispositivo existente, sem prejuízo do funcionamento dos mesmos.

**Art. 41** – Os pontaletes de sustentação de andaimes, quando formarem galerias, devem ser colocados a prumo de modo rígido sobre o passeio, afastados no mínimo de trinta centímetros (30,0 cm) do meio-fio.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – No caso do presente artigo, serão postas em prática todas as medidas necessárias para proteger o transito sob o andaime e para impedir a queda de materiais.

**Art. 42** – Os andaimes armados com cavaletes ou escadas, além das condições estabelecidas, deverão atender as seguintes:

1. serem somente utilizados para pequenos serviços até a altura de cinco metros (5,00m);
2. não impedirem, por meio de travessas que os limitem, o transito público sob as peças que os constituem.

**Art. 43** – Os andaimes em balanço, além de satisfazerem as condições estabelecidas para outros tipos de andaimes, que lhes forem aplicáveis, deverão ser guarnecidas em todas as faces livres com fechamento capaz de impedir a queda de materiais.

**Art. 44** – O emprego de andaimes suspensos por cabos ( jaús ), é permitido nas seguintes condições:

1. terem no passadiço largura que não exceda a do passeio menos trinta centímetros ( 30,0 cm ), quando utilizados a menos de quatro metros ( 4,00 m ) de altura;
2. ser o passadiço dotado de proteção em todas as faces livres, para segurança dos operários e para impedir a queda de materiais.

T A P U M E S



Estado do Rio Grande do Sul

**Prefeitura Municipal de São Martinho**



- 19 -

**Art. 45** – Nenhuma construção ou demolição poderá ser feita no alinhamento das vias públicas ou com recuo inferior a quatro metros ( 4,00 m ), sem que exista em toda a sua frente e altura, um tapume provisório acompanhando o andamento da obra e ocupando no máximo, a metade da largura do passeio.

**S 1º** – Nas construções recuadas até quatro metros ( 4,00 m ), com até doze metros de altura, será obrigatório apenas a construção de um tapume com dois metros ( 2,00 m ) de altura no alinhamento.

**S 2º** – Nas construções recuadas até quatro metros ( 4,00m ), com mais de doze metros de altura (12,00m), deverá ser executado também um tapume a partir dessa altura.

**S 3º** – Nas construções recuadas de mais de quatro metros (4,00m), com mais de doze metros (12,00m) de altura, deverá ser executado também um tapume a partir da altura determinada pela proporção de 1:3 (recuo e altura).

**S 4º** – As construções recuadas de oito metros ( 8,00m ) ou mais, com até sete metros (7,00m) de altura, estarão isentas das construções de tapumes, sem prejuízo das medidas de segurança e limpeza estabelecidos.

**Art. 46** – Quando for tecnicamente indispensável, para a execução da obra, a ocupação de maior área de passeio, deverá o responsável requerer a devida autorização, justificando o motivo alegado.

**L I M P E Z A**

**Art. 47** – Durante a execução das obras deverão ser postos em prática todas as medidas necessárias para que o leito do logradouro, no trecho fornecido à obra, seja mantido em permanente estado de limpeza e conservação.

**Parágrafo Único** – Da mesma forma deverão ser tomadas as medidas necessárias no sentido de evitar o excesso de poeira e a queda de detritos nas propriedades vizinhas.



Estado do Rio Grande do Sul

## Prefeitura Municipal de São Martinho

—□—

- 20 -

### OBRAS PARALISADAS

**Art. 48** – No caso de se verificar a paralização de uma construção por mais de cento e oitenta dias (180), deverá ser feito o fechamento do terreno, no alinhamento do logradouro, por meio de um muro dotado de portão de entrada, observadas as exigências deste código para o fechamento dos terrenos.

### D E M O L I Ç Õ E S

**Art. 49** – A demolição de qualquer edificação, com exceção dos muros de fechamento até três metros (3,00m) de altura, só poderá ser executada mediante licença expedida pelo órgão competente.

**Parágrafo Único** – Tratando-se de edificação no alinhamento do logradouro, ou sobre divisa do lote, ou com mais de dois pavimentos ou que tenha mais de oito metros (8,00m) de altura, a demolição só poderá ser efetuada com responsabilidade técnica.

### V I S T O R I A

**Art. 50** – Nenhuma edificação poderá ser ocupada sem a visistoria dos órgãos competentes e a concessão do respectivo "HABITE-SE".

**Art. 51** – Após a conclusão das obras, deverá ser requerida a vistoria aos órgãos competentes.

**Parágrafo Único** – Uma obra será considerada concluída quando estiver em condições de ser habitada.

**Art. 52** – Se, por ocasião da vistoria, for constatado que a edificação não foi construída, aumentada, reconstruída ou reformada de acordo com o projeto aprovado, o proprietário ou o responsável técnico, além das sanções previstas no presente código, será intimado a regularizar o projeto, caso as alterações possam ser aprovadas, ou a demolir ou fazer as modificações necessárias para reparar a obra de acordo com projeto aprovado.

**Art. 53** – Efetuada a vistoria e constatada a concordância entre a obra e o projeto aprovado, poderá o proprietário, por requerimento, solicitar uma certidão de "HABITE-SE".



Estado do Rio Grande do Sul

## Prefeitura Municipal de São Martinho

—□—

- 21 -

**Art. 54** – Poderá ser concedida vistoria e "habite-se" parcial, desde que as partes ou dependências da edificação a serem liberadas tenham acesso e circulação em condições satisfatórias

## MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

**Art. 55** – Todos os materiais de construção deverão satisfazer as normas estabelecidas pela ABNT.

**Parágrafo Único** – Os materiais para os quais não houver normas estabelecidas, deverão ter seus índices qualificativos fixados por entidade oficialmente reconhecida.

## P A R E D E S

**Art. 56** – As paredes de tijolos, em edificações sem estrutura, com um ou dois pavimentos, deverão ter as seguintes espessuras mínimas:

1. vinte e cinco centímetros( 25cm ) para as paredes externas;
2. quinze centímetros ( 15cm ) para as paredes internas;
3. dez centímetros( 10cm ) para paredes de simples vedação ou sem função estética, tais como armários embutidos, estantes, chuveiros ou similares.
4. vinte centímetros( 20cm ) nas paredes que constituem divisas de economias distintas.

**S 1º** – Para efeito deste artigo, serão consideradas também paredes internas aquelas voltadas para poços de ventilação e terraços de serviço.

**S 2º** – Nas edificações de até dois pavimentos serão permitidas paredes externas de quinze centímetros( 15cm ), no segundo pavimento, exceto para paredes de dormitórios voltadas para o sul ( entre sudeste e sudoeste ).

**Art. 57** – As espessuras das paredes de outros materiais poderão ser alteradas, desde que os materiais empregados possuam, no mínimo e comprovadamente, os mesmos índices de resistência, impermeabilidade e isolamento exigidos.



Estado do Rio Grande do Sul

## Prefeitura Municipal de São Martinho

—□—

- 22 -

### E N T R E P I S O S

Art. 58 - Deverão ser incombustíveis os entrepisos de edificações com mais de um pavimento, bem como os passadiços, galerias ou jiraus em estabelecimentos industriais, casas de diversão, sociedades, clubes, habitações coletivas ou similares.

Art. 59 - Serão tolerados entrepisos de madeira ou similar nas edificações de dois pavimentos que constituirem uma única moradia.

### F A C H A D A S

Art. 60 - Todos os projetos de obras que envolvam o aspecto externo das edificações deverão ser submetidos à aprovação de órgãos competentes.

Art. 61 - Nas fachadas das edificações construídas até o alinhamento do logradouro, as saliências terão, máximo, dez centímetros ( 10cm ), até o mínimo de dois metros e sessenta centímetros ( 2,60m ) acima do nível do passeio.

Parágrafo Único - A mesma restrição aplica-se a grades, venezianas, mostruários, quadros e similares.

Art. 62 - Todos os elementos aparentes, tais como reservatórios, casa de máquinas e similares, deverão estar incorporados à massa arquitetônica das edificações, recebendo tratamento compatível com a estética do conjunto.

### B A L A N Ç O S

Art. 63 - Nas edificações construídas sobre o alinhamento dos logradouros, os balanços, corpos avançados, sacadas e outras saliências semelhantes deverão respeitar:

1. altura livre , no mínimo, dois metros e sessenta centímetros ( 2,60m ) em relação ao nível do passeio;
2. uma projeção máxima, em relação ao plano de fachada, de um metro e cinquenta centímetros ( 1,50m ).



Estado do Rio Grande do Sul

## Prefeitura Municipal de São Martinho

—□—

- 23 -

§ 1º - Nas edificações construídas sobre o alinhamento de ajardinamento, a altura livre mínima será de dois metros e sessenta centímetros ( 2,60m ) .

§ 2º - Quando as edificações apresentarem faces voltadas para mais de um logradouro, cada uma delas será considerada isoladamente, para efeito do presente artigo.

§ 3º - Nas edificações que formarem galerias sobre o passeio, não será permitido o balanço da fachada.

## M A R Q U I S E S

Art. 64 - A construção de marquises na testada das edificações construídas sobre o alinhamento do logradouro ou sobre o alinhamento de ajardinamento será permitida desde que:

1. tenham balanço máximo de três metros ( 3,00m ), ficando, em qualquer caso, trinta centímetros ( 30,00cm ) aquém do meio-fio;
2. não prejudiquem a arborização, a iluminação pública e as placas de nomenclatura e outras identificações oficiais dos logradouros;
3. sejam construídas, na totalidade de seus elementos, de material incombustível e resistente a ação do tempo;
4. sejam providas de dispositivos que impeçam a queda de águas pluviais sobre o passeio, não sendo permitido, em hipótese alguma o uso de calhas aparentes;
5. sejam providas de cobertura protetora, quando revestidas de vidro ou de qualquer outro material quebrável.

Art. 65 - A altura e o balanço das marquises serão uniformes na mesma quadra, salvo no caso de logradouros em declive.

## P O R T A S

Art. 66 - O dimensionamento das portas deverá obedecer a uma altura mínima de dois metros ( 2,00m ) e as seguintes larguras mínimas:



Estado do Rio Grande do Sul

## Prefeitura Municipal de São Martinho

—□—

- 24 -

1. porta de entrada principal, noventa centímetros (90cm) para as economias; um metro e vinte centímetros(1,20m) para habitações multiplas com até quatro pavimentos e um metro e cinquenta centímetros(1,50m) quando com mais de quatro pavimentos;
2. portas principais de acesso a salas, gabinetes, dormitórios e cozinhas, oitenta centímetros (0,80m);
3. portas de serviço, setenta centímetros(0,70m);
4. portas internas secundárias, em geral, e portas de banheiros, sessenta centímetros(0,60m);
5. portas de estabelecimentos de diversões públicas, deverão sempre abrir para o lado de fora.

## E S C A D A S

Art. 67 - As escadas não terão pé-direito inferior a dois metros(2,00m) (medidos no canto externo do degrau) e a largura inferior a:

1. um metro(1,00m) nas edificações de dois pavimentos destinados a uma única economia;
2. um metro e vinte centímetros(1,20m) nas edificações com dois ou mais pavimentos, destinados a diversas economias;
3. sessenta centímetros(0,60m) nas escadas de uso nitidamente secundário e eventual( depósitos, garagens, dependências de empregada e similares).

Art. 68 - A existência de elevador em uma edificação não dispensa a construção de escadas.

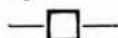
Art. 69 - O dimensionamento dos degraus será feito de acordo com a fórmula: "  $2h + b = 64 \text{ cm}$  ", sendo "h" a altura do degrau e "b" a largura do degrau, obedecendo os seguintes limites:

1. altura máxima do degrau de dezenove centímetros(19,0cm);
2. largura mínima do degrau de vinte e cinco centímetros(25,0cm).



Estado do Rio Grande do Sul

## Prefeitura Municipal de São Martinho



- 25 -

S 1º - Nas escadas em leque, o dimensionamento da largura dos degraus deverá ser feito no eixo, quando sua largura for inferior a um metro e vinte centímetros(1,20m), ou a sessenta centímetros(0,60m) do bordo interior, nas escadas de maior largura.

S 2º - Nas escadas em leque será obrigatória a largura mínima do degrau, junto ao bordo interior, de sete centímetros (0,07m).

Art. 70 - Sempre que a altura a vencer for superior a três metros(3,00m) será obrigatório intercalar um patamar com extensão mínima de oitenta centímetros(0,80m).

Art. 71 - Para as edificações de mais de dois pavimentos, as escadas serão incombustíveis, tolerando-se balaustrada e corrimão de madeira ou outro material similar.

S 1º - Escada de ferro, para efeitos do presente artigo, não é considerada incombustível.

S 2º - Não se aplicam as disposições do presente artigo à edificação de uma única economia.

## C H A M I N É S

Art. 72 - As chaminés de qualquer espécie serão dispostas de maneira que o fumo, fuligem, odores estranhos ou resíduos que possam expelir, não incomodem os vizinhos, ou então, serem dotados de aparelhamento que evite tais inconvenientes.

Parágrafo Único - Os órgãos competentes poderão, quando julgarem conveniente, determinar a modificação das chaminés existentes ou o emprego de dispositivos, qualquer que seja a altura das mesmas, a fim de ser cumprido o que dispõe o presente artigo.

## CLASSIFICAÇÃO DOS COMPARTIMENTOS

Art. 73 - Os compartimentos são classificados em:

1. compartimentos de permanência prolongada noturna: dormitórios.
2. compartimentos de permanência prolongada diurna: salas de jantar, de estar, de visitas, de



Estado do Rio Grande do Sul

## Prefeitura Municipal de São Martinho

—□—

- 26 -

música, de jogos, de costura, de estudo, de leitura, gabinetes de trabalho, cozinhas, copas e comedores.

3. compartimentos de utilização transitória: vestíbulos, halls, corredores, passagens, caixas de escada, gabinetes sanitários, vestiários, despensas, depósitos e lavanderias de uso doméstico.
4. compartimentos de utilização especial: aqueles que, pela sua destinação específica, não se enquadram nas demais classificações.

### CONDIÇÕES DOS COMPARTIMENTOS

Art. 74 - Os compartimentos de permanência prolongada deverão ser iluminados e ventilados por áreas principais; os compartimentos de utilização transitória, bem como, cozinhas, copas, comedores e quartos de empregada, poderão ser iluminados e ventilados por área secundária.

Art. 75 - Nos compartimentos de permanência prolongada, será admitido rebaixamento de forro com materiais removíveis por razões técnicas ou estéticas, desde que o pé-direito mínimo resultante, medido no ponto mais baixo do forro, não seja inferior a dois metros e sessenta centímetros (2,60m).

Art. 76 - Os compartimentos de permanência prolongada noturna deverão satisfazer as seguintes condições:

1. ter pé-direito mínimo de dois metros e sessenta centímetros (2,60m);
2. ter área mínima de doze metros quadrados ( $12,0\text{ m}^2$ ) quando houver apenas um dormitório;
3. ter área mínima de nove metros quadrados ( $9,00\text{ m}^2$ ) para o segundo e terceiro dormitório;
4. para cada grupo de três dormitórios especificados nos ítems anteriores, poderá haver um dormitório com área mínima de sete metros e cinquenta centímetros quadrados ( $7,50\text{ m}^2$ );
5. ter a forma que permita a inscrição de um círculo de diâmetro de no mínimo de dois metros e cinquenta centímetros (2,50m);



Estado do Rio Grande do Sul

**Prefeitura Municipal de São Martinho**

—□—

- 27 -

6. não ter comunicação direta com a cozinha, despensa ou depósito;
7. ter área mínima de cinco metros quadrados ( $5,0\text{ m}^2$ ) quando se destinarem a dormitórios de empregada, desde que fiquem situados nas dependências de serviço e sua posição no projeto não deixe dúvidas quanto à sua utilização; os dormitórios de empregada poderão ter um pé-direito mínimo de dois metros e quarenta centímetros ( $2,40\text{m}$ ) e uma forma tal que permita a inscrição de um círculo com diâmetro de um metro e oitenta centímetros ( $1,80\text{m}$ ).

**Art. 77** - Os compartimentos de permanência prolongada diurna deverão satisfazer as seguintes condições, de acordo com a sua utilização:

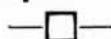
1. salas de estar, jantar e de visitas:
  - a) ter pé-direito mínimo de dois metros e sessenta centímetros ( $2,60\text{m}$ );
  - b) ter área mínima de doze metros quadrados ( $12,00\text{m}^2$ );
  - c) ter forma tal que permita a inscrição de um círculo de dois metros e cinquenta centímetros.
2. salas de costura, de estudo, de leitura, de jogos, de música e gabinetes de trabalho:
  - a) ter pé-direito mínimo de dois metros e sessenta centímetros ( $2,60\text{m}$ );
  - b) ter área mínima de nove metros quadrados ( $9,00\text{m}^2$ ), quando houver menos de três dormitórios e sete metros e cinquenta centímetros quadrados ( $7,50\text{m}^2$ ) quando houver três ou mais dormitórios;
  - c) ter a forma que permita a inscrição de um círculo com diâmetro de dois metros e cinquenta centímetros ( $2,50\text{m}$ ).

**Art. 78** - Os compartimentos de utilização transitória e mais as cozinhas, copas e comedouros, deverão atender as seguintes condições:



Estado do Rio Grande do Sul

**Prefeitura Municipal de São Martinho**



- 28 -

1. cozinhas, copas, despensas, depósitos e lavanderias de uso doméstico:
  - a) ter pé-direito mínimo de dois metros e quarenta centímetros (2,40m);
  - b) ter área mínima de cinco metros quadrados (5,00m<sup>2</sup>);
  - c) ter forma tal que permita a inscrição de um círculo com diâmetro mínimo de um metro e cinquenta centímetros (1,50m);
  - d) ter piso pavimentado com material liso, lavável, impermeável e resistente;
  - e) ter as paredes revestidas, até a altura mínima de um metro e cinquenta centímetros (1,50 m), com material liso, lavável, impermeável e resistente.
2. comedores (somente admissíveis quando houver sala de estar ou de jantar):
  - a) ter pé-direito mínimo de dois metros e quarenta centímetros (2,40m);
  - b) ter área mínima de cinco metros quadrados (5,00m<sup>2</sup>);
  - c) ter forma tal que permita a inscrição de um círculo de diâmetro mínimo de dois metros (2,00m).
3. vestiários:
  - a) ter pé-direito mínimo de dois metros e quarenta centímetros (2,40m);
  - b) ter área mínima de nove metros quadrados (9,00m<sup>2</sup>), podendo ser inferior quando amplamente ligados a dormitórios e dele dependentes quanto ao acesso, ventilação e iluminação, devendo, neste caso, as aberturas do dormitório serem calculadas incluindo a área dos vestiários;
  - c) ter forma tal que permita a inscrição de um círculo de diâmetro mínimo de dois metros e cinquenta centímetros (2,50m) quando a área for igual ou superior a nove metros quadrados (9,00m<sup>2</sup>).
4. gabinetes sanitários (banheiros):
  - a) ter pé-direito mínimo de dois metros e vinte centímetros (2,20m);



Estado do Rio Grande do Sul

**Prefeitura Municipal de São Martinho**

—□—

- 29 -

b) ter área mínima, em qualquer caso, não inferior a um metro e cinquenta centímetros quadrados( $1,50m^2$ );

c) ter dimensões tais que permitam as banheiras, quando existirem, disporem de uma área livre, num dos lados maiores, onde se possa inscrever um círculo de diâmetro mínimo de sessenta centímetros(  $60cm$  ), terem os boxes, quando existirem, uma área mínima de oitenta decímetros quadrados( $0,80m^2$ ) e dimensões mínimas de oitenta centímetros (  $80cm$  ); os lavatórios, vasos e bidês, respectivamente, de áreas mínimas de  $90x105cm$ ,  $60x120cm$  e  $60x120cm$ , devendo as últimas medidas serem tomadas normalmente às paredes e manterem ainda seus eixos a distância mínima de quarenta e cinco centímetros(  $45cm$  ), das paredes laterais; as áreas livres, reservadas aos aparelhos, poderão sobrepor-se, desde que fique assegurada uma circulação geral com largura mínima de sessenta centímetros(  $60cm$  );

d) terem as paredes divisórias uma altura máxima de vinte centímetros(  $20cm$  ) inferior ao pé-direito do gabinete;

e) terem piso pavimentado com material liso, lavável, impermeável e resistente;

f) terem as paredes revestidas a um metro e cinquenta centímetros( $1,50m$ ), no mínimo, com material liso, lavável, impermeável e resistente;

g) terem ventilação direta ou mecânica, podendo ser através de poço de ventilação;

h) não terem comunicação direta com cozinhas, copas ou despensas.

**5. vestíbulos, halls e passagens:**

a) ter pé-direito mínimo de dois metros e vinte centímetros( $2,20m$ );

b) ter largura mínima de um metro( $1,00m$ ).

**6. corredores:**

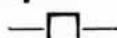
a) ter pé-direito mínimo de dois metros e vinte centímetros( $2,20m$ );

b) ter largura mínima de um metro( $1,00m$ );



Estado do Rio Grande do Sul

**Prefeitura Municipal de São Martinho**



- 30 -

- c) ter largura mínima de um metro e vinte centímetros(1,20m) quando comuns a mais de uma economia;
- d) ter largura mínima de um metro e cinquenta centímetros(1,50m) quando de entrada de edifícios residenciais ou comerciais com até quatro (4) pavimentos;
- e) ter largura mínima de um metro e oitenta centímetros(1,80m), quando de entrada de edifícios residenciais ou comerciais com mais de quatro (4) pavimentos;
- f) ter, quando com mais de quinze metros (15,00m) de comprimento, ventilação por chaminé ou poço, para cada extensão de quinze metros(15,00m) ou fração.

7. halls de elevadores:

- a) ter uma distância mínima medida normalmente, entre as portas dos elevadores e a parede fronteira, de um metro e cinquenta centímetros (1,50m) quando em edifícios residenciais e de dois metros (2,00m) quando comerciais;
- b) ter acesso as escadas sociais e de serviço.

Art. 79 - Em compartimentos de utilização prolongada ou transitória, as paredes não poderão formar angulo diedro inferior a sesenta graus( $60^{\circ}$ ).

S O T A O

Art. 80 - Os compartimentos situados nos sotões que tenham pé-direito médio de dois metros e cinquenta centímetros (2,50m), poderão ser destinados a permanência prolongada, com o mínimo de dez metros quadrados( $10,00m^2$ ), desde que sejam obedecidos os requisitos mínimos de ventilação e iluminação e não tenham, em nenhum ponto, pé-direito inferior a um metro e oitenta centímetros (1,80m).

**GALERIAS INTERNAS**

Art. 81 - A construção de galerias internas ou jirau, destinados a pequenos escritórios, depósitos, localização da orquestra, estrados elevados de fábricas e similares, será perm... .



Estado do Rio Grande do Sul

## Prefeitura Municipal de São Martinho

—□—

- 31 -

desde que o espaço aproveitável com esta construção fique em boas condições de iluminação e não resulte em prejuízo das condições de iluminação e ventilação do compartimento onde esta construção for executada.

**Art. 82** – As galerias deverão ser construídas de maneira a atenderem as seguintes condições:

1. deixarem uma altura livre, sob o piso das mesmas, de no mínimo dois metros e dez centímetros (2,10m);
2. terem pé-direito de no mínimo dois metros (2,0 m);
3. terem parapeito;
4. terem escada fixa de acesso.

**Art. 83** – A área total da galeria não poderá ser superior a vinte e cinco por cento(25%) da área do compartimento em que for executada.

**Art. 84** – Não será permitida a construção de galerias em compartimentos destinados a dormitórios em casas de habitação coletiva

**Art. 85** – Não será permitido o fechamento das galerias ou jiraus com paredes ou com divisões de qualquer espécie.

## SUBDIVISÃO DE COMPARTIMENTOS

**Art. 86** – A subdivisão de compartimentos, em caráter definitivo, com paredes chegando até o forro, só será permitida quando os compartimentos resultantes satisfizerem as exigências deste código, tendo em vista a sua finalidade.

**§ 1º** – Não será permitida a subdivisão de compartimentos por meio de tabiques em prédio de habitação.

**§ 2º** – Para a colocação de tabiques, deverá o projeto ser submetido à análise e aprovação dos órgãos competentes, devendo o processo ser instruído de plantas e cortes com indicação do compartimento a ser subdividido e dos compartimentos resultantes desta subdivisão, com suas respectivas utilizações.



Estado do Rio Grande do Sul

## Prefeitura Municipal de São Martinho

—□—

- 32 -

**Art. 87** – Não será permitida a colocação de forro constituindo teto sobre compartimentos formados por tabiques podendo tais compartimentos entretanto serem guarneçidos na parte superior, com elementos vazados decorativos que não prejudiquem a iluminação e ventilação dos compartimentos resultantes.

**Parágrafo Único** – O dispositivo deste artigo não se aplicará aos compartimentos dotados de ar condicionado.

## VÃOS DE ILUMINAÇÃO E VENTILAÇÃO

**Art. 88** – Salvo os casos expressos, todos os compartimentos deverão ter vãos de iluminação e ventilação abertos para o exterior, de acordo com as seguintes condições:

1. os vãos deverão ser dotados de dispositivos que permitam a remoção de ar com, pelo menos, cinquenta por cento(50%) da área mínima exigida para os mesmos;
2. em nenhum caso a área dos vãos poderá ser inferior a quarenta decímetros quadrados ( $0,40m^2$ ) ressalvados os casos de tiragem mecânica expressamente permitidos neste código;
3. os compartimentos de utilização transitória ou especial, cuja ventilação, por dispositivo expresso neste código possa ser efetuada através de poço, poderão ser ventilados por meio de dutos horizontais ou verticais com secção mínima igual a área mínima do vão de ventilação e comprimento máximo de quatro metros ( $4,0m$ ); caso o comprimento for superior, será obrigatório o uso de processo mecânico devidamente comprovado mediante especificações técnicas e memorial descritivo da aparelhagem e dos dutos a serem empregados.

**Art. 89** – A área dos vãos de iluminação e ventilação abertas para o exterior não poderá ser, para cada compartimento, inferior a:

1. um sétimo ( $1/7$ ) da área útil do compartimento quando este for destinado a permanência prolongada noturna e diurna;
2. um décimo ( $1/10$ ) da área útil do compartimento quando este for destinado a utilização transitória;



Estado do Rio Grande do Sul

**Prefeitura Municipal de São Martinho**

—□—

- 33 -

**Art. 90** – Quando os vãos se localizarem a uma profundidade superior a oitenta centímetros ( $0,80m$ ) em relação a um plano vertical passando pela extremidade de qualquer tipo de cobertura, inclusive beirados, a área do compartimento, para o cálculo da área dos vãos, será acrescida da área da projeção da cobertura, computada a partir daquela profundidade.

**Art. 91** – Quando o plano do vão formar ângulo com um plano vertical passando a oitenta centímetros ( $0,80m$ ) da extremidade da cobertura e o interceptar, deverá ser obedecido o seguinte:

1. para ângulos inferiores a quarenta e cinco graus ( $45^\circ$ ) a área dos vãos não poderá ser inferior a um sétimo ( $1/7$ ) da área útil do compartimento de permanência prolongada noturna ou diurna e a um décimo ( $1/10$ ) do compartimento de utilização transitória;
2. para ângulos entre quarenta e cinco graus ( $45^\circ$ ) e noventa graus ( $90^\circ$ ), a área dos vãos não poderá ser inferior a um sexto ( $1/6$ ) da área útil do compartimento de permanência prolongada noturna e diurna e a um nono ( $1/9$ ) do compartimento de utilização transitória;
3. para ângulos superiores a noventa graus ( $90^\circ$ ), não serão considerados para efeito de iluminação e ventilação, os vãos existentes.

**Art. 92** – Quando o plano do vão formar ângulos com um plano perpendicular passando a oitenta centímetros ( $0,80m$ ), da extremidade da cobertura e não o interceptar, aplicar-se-ão, para o cálculo da área dos vãos, simultaneamente os dois critérios, ou seja, o da profundidade, para o qual será adotada a menor medida e o do ângulo, formado pelo prolongamento do plano do vão e o plano perpendicular passando pela extremidade da cobertura.

**Art. 93** – Poderá ser dispensada a abertura dos de vãos para o exterior em cinemas, auditórios, teatros, salas de cirurgia e em estabelecimentos industriais e comerciais, desde que:

1. sejam dotados de instalações centrais de ar condicionado, cujo projeto completo deverá ser apresentado junto com o projeto arquitetônico;
2. tenham iluminação artificial conveniente;



Estado do Rio Grande do Sul

## Prefeitura Municipal de São Martinho

—□—

- 34 -

3. possuam gerador elétrico próprio;
4. seja feita através de domos de iluminação e ventilação (iluminação zenital) ou também com telhas translúcidas.

### ÁREAS DE ILUMINAÇÃO E VENTILAÇÃO

Art. 94 - As áreas de iluminação e ventilação, para efeitos do presente código, são divididas em áreas principais fechadas, áreas principais abertas e áreas secundárias.

Art. 95 - A área principal fechada deverá satisfazer às seguintes condições:

1. ser de dois metros (2,00m), no mínimo, o afastamento de qualquer vão à face da parede que lhe fique oposta, afastamento este medido sobre a perpendicular traçada, em plano horizontal, no meio do peitoril ou soleira do respectivo vão;
2. permitir a inscrição de um círculo de diâmetro mínimo de dois metros (2,00m);
3. ter uma área mínima de dez metros quadrados (10,00m<sup>2</sup>);
4. permitir, a partir do primeiro pavimento servido pela área, quando houver mais de um, a inscrição de um círculo cujo diâmetro, em metros, seja dado pela fórmula:

$$D = (H/6) + 2,00m,$$

sendo "D" o diâmetro procurado e "H" a distância, em metros, do forro do último pavimento ao nível do piso do primeiro pavimento, que por sua natureza e disposição no projeto, deva ser servido pela área; os pavimentos abaixo deste, que forem abrangidos pelo prolongamento desta área e dela possam prescindir, não serão computados no cálculo da altura "H".

Art. 96 - A área principal aberta deverá satisfazer as seguintes condições:

1. ser de um metro e cinquenta (1,50m), no mínimo o afastamento de qualquer vão à face da parede que lhe fique oposta, afastamento este me-



Estado do Rio Grande do Sul

**Prefeitura Municipal de São Martinho**

—□—

- 35 -

dido sobre a perpendicular traçada, em plano horizontal, no meio do peitoril ou soleira do referido vão;

2. permitir a inscrição de um círculo de diâmetro mínimo de um metro e cinquenta centímetros (1,50m);
3. permitir, a partir do primeiro pavimento servido pela área, quando houver mais de um, a inscrição de um círculo cujo diâmetro, em metros, seja dado pela fórmula:

$$D = (H/10) + 1,50m,$$

sendo "D" o diâmetro procurado e "H" a distância, em metros, do forro do último pavimento ao nível do piso do primeiro pavimento, que por sua natureza e disposição no projeto, deve ser servido pela área; os pavimentos abaixo deste, que forem abrangidos pelo prolongamento desta área e dela possam prescindir, não serão computados no cálculo da altura "H".

**Art. 97** – A área secundária deverá satisfazer às seguintes condições:

1. ser de um metro e cinquenta centímetros (1,50 m), no mínimo, o afastamento de qualquer vão à face da parede que lhe fique oposta, afastamento este medido sobre a perpendicular traçada, em plano horizontal, no meio do peitoril ou soleira do referido vão;
2. permitir a inscrição de círculo de diâmetro mínimo de um metro e cinquenta centímetros (1,50m);
3. ter área mínima de seis metros quadrados (6,00 m<sup>2</sup>);
4. permitir, a partir do primeiro pavimento servido pela área, quando houver mais de um, a inscrição de um círculo cujo diâmetro, em metros, seja dado pela fórmula:

$$D = (H/10) + 1,50m,$$

sendo "D" o diâmetro procurado e "H" a distância, em metros, do forro do último pavimento ao nível do piso do primeiro pavimento, que por sua natureza e disposição no projeto, de-



Estado do Rio Grande do Sul

## Prefeitura Municipal de São Martinho

—□—

- 36 -

va ser servido pela área; os pavimentos abaixo deste, que forem abrangidos pelo prolongamento desta área e dela possam prescindir, não serão computados no cálculo da altura "H".

## POÇOS DE VENTILAÇÃO

Art. 98 - Os poços de ventilação admitidos nos casos expressos neste código, deverão satisfazer as seguintes condições:

1. serem visitáveis na base;
2. terem largura mínima de um metro(1,00m), devendo os vãos localizados em paredes opostas, quando pertencentes a economias distintas, ficarem afastadas, no mínimo, de um metro e cinquenta centímetros(1,50m);
3. terem a área mínima de um metro e cinquenta centímetros quadrados(1,50m<sup>2</sup>);
4. serem revestidos internamente.

## CASAS DE MADEIRA

Art. 99 - As casas de madeira só poderão ser construídas em zonas ou ruas estabelecidas por decreto e deverão satisfazer as seguintes condições:

1. distar, no mínimo, um metro e cinquenta centímetros(1,50m) das divisas laterais e de fundos do lote e quatro metros(4,00m), no mínimo, do alinhamento do logradouro;
2. ter, em lote de esquina, recuo de quatro metros(4,00m), no mínimo por uma das testadas e de dois metros(2,00m), no mínimo, pela outra, à escolha do órgão competente;
3. observar um afastamento mínimo de três metros (3,00m) de qualquer outro prédio construído em madeira no mesmo lote;
4. ser construído sobre pilares ou embasamento de alvenaria, com no mínimo, sessenta centímetros(0,60m) de altura;
5. ter pé-direito mínimo de dois metros e cinquenta centímetros(2,50m);



Estado do Rio Grande do Sul

## Prefeitura Municipal de São Martinho

—□—

- 37 -

6. ter as divisões internas a mesma altura do pé-direito;
7. ter os compartimentos de permanência prolongada, exclusive cozinha, copa e comedor, área mínima de nove metros quadrados ( $9,00m^2$ );
8. ter, no mínimo, um dormitório com nove metros quadrados ( $9,00m^2$ ); podendo os demais, terem, no mínimo, sete metros quadrados ( $7,00m^2$ );
9. ter os demais compartimentos, no mínimo, as áreas estabelecidas neste código;
10. ser dotadas de cozinha e gabinetes sanitários satisfazendo as exigências deste código;
11. atender a todos os requisitos de ventilação e iluminação estabelecidos neste código;
12. ter forro, sob o telhado, em toda a sua área construída.

## G A L P Õ E S

Art. 100 - Os galpões só poderão ser construídos em zonas ou ruas estabelecidas por decreto e deverão satisfazer as seguintes condições:

1. distarem de no mínimo, um metro e cinquenta centímetros (1,50m) das divisas laterais e de fundos do lote e quinze metros (15,00m) do alinhamento do logradouro;
2. terem pé-direito mínimo de dois metros e cinquenta centímetros (2,50m);

## HABITAÇÕES POPULARES

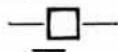
Art. 101 - Entende-se por "HABITAÇÃO POPULAR", a economia residencial, destinada exclusivamente à moradia de uma única família, constituída apenas de dormitórios, sala, cozinha, banheiro, lavanderia e circulação.

Parágrafo Único - Entende-se por "CASA POPULAR", a habitação popular de um único pavimento e uma única economia; entende-se por "APARTAMENTO POPULAR", a habitação popular integrante de prédio de habitação múltipla.



Estado do Rio Grande do Sul

**Prefeitura Municipal de São Martinho**



- 38 -

**Art. 102** – A habitação popular deverá apresentar as seguintes características e satisfazer as seguintes condições:

1. acabamento não superior ao padrão normal da PHB-140, da ABNT;
2. área construída máxima de oitenta metros quadrados ( $80,00m^2$ );
3. as áreas úteis mínimas dos compartimentos poderão ser reduzidas a:
  - a) um dormitório com nove metros quadrados ( $9,00m^2$ );
  - b) demais dormitórios, com sete metros e cinquenta decímetros quadrados ( $7,50m^2$ );
  - c) sala com nove metros quadrados ( $9,00m^2$ ).
4. ter a cozinha e gabinete sanitário revestidos com material liso, resistente, lavável e impermeável até uma altura mínima de um metro e cinquenta centímetros ( $1,50m$ ) nas paredes correspondentes ao local do fogão e do balcão da pia, e no local da instalação do banho, respectivamente.

**Art. 103** – A construção de habitação popular será permitida nas zonas determinadas pelo PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO DA CIDADE e, quando fora dos limites abrangidos pelo zoneamento, a critério do respectivo conselho.

**Art. 104** – Quando as casas populares, sofrendo obras de aumento, ultrapassarem a área máxima estipulada de oitenta metros quadrados ( $80,00m^2$ ), deverá a construção daquele aumento reger-se pelas exigências normais deste código.

**Art. 105** – Os apartamentos populares só poderão integrar projetos de entidades públicas, de economia mista ou de cooperativas vinculadas ao sistema habitacional do Governo Federal e deverão apresentar as seguintes características e satisfazer as seguintes condições:

1. o número de pavimentos não deverá ultrapassar aos casos de obrigatoriedade de uso de elevadores previstos neste código;
2. não deverá conter mais de sessenta e quatro (64) dormitórios por circulação vertical;



Estado do Rio Grande do Sul

## Prefeitura Municipal de São Martinho

—□—

- 39 -

3. no caso de conter três dormitórios, a área mínima da sala passará a ser de dez metros e cinquenta centímetros quadrados ( $10,50m^2$ ); no caso de conter quatro dormitórios ou mais, a área mínima da sala passará a ser de doze metros quadrados ( $12,00m^2$ ).

## PRÉDIOS DE APARTAMENTOS

Art. 106 – As edificações destinadas a prédios de apartamentos, além das disposições do presente código de obras que forem aplicáveis, deverão ainda satisfazer as seguintes condições:

1. cada apartamento deverá constar, no mínimo de uma sala, um dormitório, uma cozinha e um gabinete sanitário;
2. quando o prédio tiver mais de quatro (04) pavimentos ou conter mais de dezesseis (16) economias, deverá ter um apartamento não inferior ao acima especificado, destinado ao zelador;
3. ter, quando houver mais de quatro (04) pavimentos ou mais de dezesseis (16) economias, instalação de despejo de lixo, perfeitamente vedado, com boca de fechamento automático em cada pavimento e dotado de dispositivo de lavagem e limpeza ou de incinerador;
4. ter no pavimento térreo, caixa receptadora de correspondência, de acordo com as normas da ECT;
5. ter reservatório de água, de acordo com as disposições vigentes;
6. ter instalações preventivas contra incêndio de acordo com as disposições vigentes.

## PRÉDIOS COMERCIAIS

Art. 107 – As edificações destinadas ao comércio em geral, além das disposições do presente código de obras que forem aplicáveis, deverão ainda satisfazer as seguintes condições:

1. ser construídas de alvenaria;
2. ter, no térreo pé-direito mínimo de:



Estado do Rio Grande do Sul

**Prefeitura Municipal de São Martinho**

—□—

— 40 —

- a) três metros(3,00m) quando a área do compartimento não exceder a trinta( $30,00m^2$ ) metros quadrados;
  - b) três metros e cinquenta centímetros(3,50m), quando a área do compartimento não exceder a cem metros quadrados( $100,00m^2$ );
  - c) quatro metros(4,00m) quando a área do compartimento exceder a cem metros quadrados( $100,00m^2$ );
  - d) os pés-direitos acima indicados poderão ser reduzidos a dois metros e sessenta centímetros(2,60m), três metros(3,00m) e três metros e cinquenta centímetros(3,50m) respectivamente, quando o compartimento for dotado de instalação central de ar condicionado, gerador elétrico próprio e iluminação artificial conveniente;
  - e) quando não existir a instalação de ar condicionado, será tolerada a redução do pé-direito para dois metros e sessenta centímetros(2,60m) em somente vinte e cinco por cento(25%) da área do compartimento.
3. ter, nos demais pavimentos, a distância mínima de dois metros e noventa e cinco centímetros(2,95m) entre dois(2) pisos consecutivos de destinação comercial e pé-direito mínimo de dois metros e sessenta centímetros(2,60m); este pé-direito poderá ser reduzido, até dois metros e quarenta centímetros(2,40m) por forro de materiais removíveis, em compartimentos de área inferior a oitenta metros de outras dependências, por razões decorativas ou outras
4. as sobrelojas, quando houver, deverão ter pé-direito mínimo de dois metros e sessenta centímetros(2,60m) e possuir acesso exclusivo pela loja;
5. ter piso de material adequado ao fim a que se destinam.
6. ter vãos de iluminação e ventilação com área não inferior a um décimo(1/10) da área útil dos compartimentos;



Estado do Rio Grande do Sul

## Prefeitura Municipal de São Martinho

—□—

- 41 -

7. ter as portas gerais de acesso ao público com uma largura mínima de um metro e cinquenta centímetros(1,50m) mais um milímetro e dois décimos(1,2mm) para cada metro quadrado de área útil, computados todos os compartimentos.
8. ter, quando a área não for superior a oitenta metros quadrados( $80,00m^2$ ), no mínimo, um gabinete sanitário composto de vaso e lavatório ou, quando a área for superior a oitenta metros quadrados( $80,00m^2$ ), no mínimo, um conjunto de dois(2) gabinetes sanitários (gabinete masculino: vaso, lavatório e mictório) (gabinete feminino: vaso e lavatório) na proporção de um conjunto para cada trezentos metros quadrados( $300,00m^2$ ) ou fração, de área útil;
9. ter reservatório de água de acordo com as disposições vigentes;
10. ter instalações preventivas contra incêndio de acordo com as disposições vigentes.

## GALERIAS COMERCIAIS

Art. 108 – As galerias comerciais, além das disposições do presente código que forem aplicáveis, deverão satisfazer ainda às seguintes condições:

1. possuir uma largura e um pé-direito mínimo de quatro metros( $4,00m$ ) e nunca inferior a um doze avos( $1/12$ ) do seu maior percurso;
2. ter suas lojas, quando com acesso principal pela galeria, uma área mínima de dez metros quadrados( $10,00m^2$ ), podendo ser ventilados através deste e iluminada artificialmente;
3. possuir instalações sanitárias de acordo com as prescrições estabelecidas para as lojas de prédios comerciais.

## HOTÉIS e CONGÊNERES

Art. 109 – As edificações destinadas a hotéis e congêneres, além das disposições do presente código que forem aplicáveis, deverão ainda satisfazer as seguintes condições:



Estado do Rio Grande do Sul

**Prefeitura Municipal de São Martinho**

—□—

— 42 —

1. ter, além dos compartimentos destinados à habitação(apartamentos, quartos,etc.), mais as seguintes dependências:
  - a) vestíbulo com local para instalação de portaria;
  - b) sala de estar coletiva;
  - c) entrada de serviço.
- 2.ter, no mínimo, dois(2) elevadores, sendo um social e outro de serviço, quando o prédio tiver mais de três(3) andares;
3. ter local para coleta de lixo situado no pavimento térreo ou sub-solo, com acesso pela entrada de serviço, quando o prédio tiver quatro (4) ou menos pavimentos; quando tiver mais de quatro(4) pavimentos deverá ter instalações de despejo de lixo, perfeitamente vedado, com boca de fechamento automático em cada pavimento e dotada de dispositivo de lavagem ou incinador;
4. ter, em cada pavimento, instalações sanitárias, separadas por sexo na proporção de um vaso sanitário, um lavatório e um chuveiro, no mínimo, para cada grupo de seis(6) hóspedes que não possuam instalações privativas;
5. ter vestiário e instalação sanitária privativa para pessoal de serviço;
6. ter reservatório de água de acordo com as disposições vigentes;
7. ter instalações preventivas contra incêndio de acordo com as disposições vigentes.

**Art. 110** – Os dormitórios deverão ter área mínima de nove metros quadrados( $9.00m^2$ ) e, quando não dispuserem de instalação sanitária privativa, deverão possuir lavatório.

**Art. 111** – Os corredores e galerias de circulação deverão ter largura mínima de um metro e cinquenta centímetros ( $1,50m$ ).

**Art. 112** – As cozinhas, copas, despensas, lavadeiras e similares deverão ter as paredes, até a altura mínima de dois metros( $2.00m$ ) e os pisos revestidos com material liso, resistente, lavável e impermeável.



Estado do Rio Grande do Sul

**Prefeitura Municipal de São Martinho**

—□—

- 43 -

**PRÉDIOS DE ESCRITÓRIOS**

Art. 113 - As edificações destinadas a escritórios, consultórios e estúdios de caráter profissional, além das disposições do presente código que forem aplicáveis, deverão ainda satisfazer as seguintes condições:

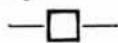
1. as salas isoladas deverão ter uma área mínima de quinze metros quadrados ( $15.00m^2$ );
2. os conjuntos deverão ter área mínima de vinte metros quadrados ( $20.00m^2$ );
3. ter, no pavimento térreo, caixa receptadora de correspondência, de acordo com as normas da ECT;
4. ter hall de entrada, com local destinado à instalação de portaria, quando a edificação tiver mais de vinte (20) salas ou conjuntos;
5. ter as salas com pé-direito mínimo de dois metros e sessenta centímetros ( $2.60m$ );
6. ter, no mínimo, em cada pavimento, quando a soma das áreas úteis privativas das salas e conjuntos for inferior a setenta metros quadrados ( $70.00m^2$ ), um gabinete sanitário composto de vaso e lavatório, ou quando a área for superior àquele limite, um conjunto de dois gabinetes, um para cada sexo, na proporção de um conjunto para cada setenta metros quadrados ( $70.00m^2$ ) ou fração de área útil privativa, não computada aquela que for servida de gabinete sanitário privativo;
7. ter, quando o prédio tiver mais de quatro (4) pavimentos, instalação de despejo de lixo, perfeitamente vedada, com boca de fechamento automático em cada pavimento e dotada de dispositivos de lavagem e limpeza ou incinerador;
8. ter reservatório de água de acordo com as disposições vigentes;
9. ter instalações preventivas contra incêndio de acordo com as disposições vigentes.

A R M A Z É N S



Estado do Rio Grande do Sul

**Prefeitura Municipal de São Martinho**



- 44 -

**Art. 114** - As edificações destinadas a armazéns, considerados como tais apenas os depósitos de mercadorias, além das disposições do presente código de obras que forem aplicáveis, deverão ainda satisfazer às seguintes condições:

1. ser construídos de material incombustível, sendo tolerado o emprego de madeira ou material similar, apenas nas esquadrias, forro e estrutura de cobertura;
2. ter pé-direito mínimo de quatro metros (4.00m);
3. ter o piso revestido com material adequado ao fim a que se destinam;
4. ter vãos de iluminação e ventilação com área não inferior a um vinte avos ( $1/20$ ) da superfície do piso;
5. ter, no mínimo, um gabinete sanitário composto de vaso, lavatório, mitório e chuveiro;
6. ter instalações preventivas contra incêndio, de acordo, com as disposições vigentes.

**E S C O L A S**

**Art. 115** - As edificações destinadas a escolas, além das disposições do presente código que lhes forem aplicáveis, deverão ainda satisfazer as seguintes condições:

1. serem construídas de material incombustível, tolerando-se o emprego da madeira ou outro material combustível apenas nas esquadrias, lambri's, parapeitos, pisos, forros e estruturas da cobertura;
2. terem instalações sanitárias na proporção de:  
a) meninos: um vaso sanitário e um lavatório para cada cinquenta (50) alunos e um mitório para cada vinte e cinco alunos (25);  
b) meninas: um vaso sanitário para cada vinte alunas (20) e um lavatório para cada cinquenta alunas (50);
3. terem bebedouro automático, com água filtrada;
4. terem chuveiro, quando houver vestiários para educação física;
5. terem reservatório de água de acordo com as disposições vigentes;



Estado do Rio Grande do Sul

**Prefeitura Municipal de São Martinho**

—□—

— 45 —

6. terem instalações preventivas contra incêndio de acordo com as disposições vigentes.

**Art. 116** – As salas de aula deverão satisfazer as seguintes condições:

1. terem comprimento máximo de dez ( $10.00m$  metros);
2. terem largura não superior a duas (2) vezes a distância do piso à verga das janelas principais;
3. terem pé-direito mínimo de dois metros e oitenta centímetros ( $2.80m$ );
4. terem área útil calculada à razão de um metro e cinquenta decímetros quadrados ( $1.50m^2$ ), no mínimo, por aluno, não podendo, entretanto, ter área inferior a quinze metros quadrados ( $15.00m^2$ );
5. terem os vãos de iluminação uma área mínima equivalente a um sétimo ( $1/7$ ) da área útil da sala;
6. terem os vãos de ventilação uma área mínima equivalente a um oitavo da área útil da sala;
7. terem os pisos revestidos com material adequado ao seu uso.

**Art. 117** – Os corredores e as escadas deverão ter uma largura mínima de um metro e cinquenta centímetros ( $1.50m$ ) e, quando atendeream a mais de quatro (4) salas de aula, uma largura mínima de dois (2) metros.

**Parágrafo Único** – as escadas não poderão se desenvolver em leque ou caracol.

**Art. 118** – As escolas que possuem internatos deverão ainda satisfazer as seguintes condições:

1. terem os dormitórios área de no mínimo, seis metros quadrados ( $6.00m^2$ ) para o primeiro aluno, mais três metros quadrados ( $3.00m^2$ ) para cada aluno excedente, até o máximo de oito alunos (8) por dormitório;
2. terem instalações sanitárias privativas do internato, na seguinte proporção:



Estado do Rio Grande do Sul

## Prefeitura Municipal de São Martinho

—□—

- 46 -

a) masculino:

- um lavatório para cada cinco alunos(5);
- um vaso sanitário para cada dez(10) alunos;
- um chuveiro para cada dez(10) alunos;
- um mitório para cada vinte(20) alunos;

b) feminino:

- um lavatório para cada cinco alunas(5);
- um vaso sanitário para cada dez alunas(10);
- um chuveiro para cada dez alunas(10);
- um bidê para cada vinte alunas(20);

## AUDITÓRIOS, CINEMAS E TEATROS

Art. 119 - As edificações destinadas a auditórios, cinemas e teatros, além das disposições do presente código que lhe forem aplicáveis, deverão ainda satisfazer as seguintes condições:

1. serem construídas de material incombustível, tolerando-se o emprego de madeira ou outro material combustível apenas nas esquadrias, lambris, parapeitos, pisos, forros e estrutura da cobertura;
2. terem instalações sanitárias para uso de ambos os sexos, devidamente separadas, com fácil acesso, na proporção mínima de um gabinete sanitário masculino (um vaso, um lavatório e dois mitórios) e um gabinete sanitário feminino (um vaso e um lavatório) para cada quinhentos(500) lugares, devendo o primeiro gabinete sanitário feminino ter dois(2) vasos sanitários;
3. terem instalações preventivas contra incêndio de acordo com as disposições vigentes;
4. terem os corredores, escadas e portas, que deverão abrir no sentido do escoamento, dimensionadas em função da lotação máxima, obedecendo o seguinte:
  - a) terem uma largura mínima de um metros e cinquenta centímetros(1.50m), até uma lotação máxima de cento e cinquenta pessoas(150);
  - b) terem esta largura aumentada na proporção de cinco milímetros(0.005m) por pessoa, considerada a lotação total e quando esta for superior a cento e cinquenta pessoas(150);



Estado do Rio Grande do Sul

**Prefeitura Municipal de São Martinho**

—□—

- 47 -

5. terem as poltronas distribuídas em setores, separadas por corredores, não podendo cada setor ultrapassar ao número de duzentas e cinquenta (250) poltronas; as filas não poderão ter profundidade superior a oito(8) poltronas contadas a partir do corredor.

**Art. 120** – Os auditórios deverão ter vãos de iluminação e ventilação com uma área mínima equivalente a um décimo (1/10) da área útil dos mesmos, exceto quando dotados de instalação de renovação mecânica de ar.

**Art. 121** – Os cinemas e teatros deverão ainda satisfazer as seguintes condições:

1. serem equipados, no mínimo, com instalação de renovação mecânica de ar;
2. terem sala de espera contígua e de fácil acesso à sala de espetáculos, com área mínima de dez decímetros quadrados ( $0.10m^2$ ) por pessoa, considerada a capacidade total;
3. terem instalação de emergência para fornecimento de luz e força

**Art. 122** – Os projetos arquitetônicos dos cinemas e teatros deverão ser acompanhados de detalhes explicativos da distribuição de localidades, visibilidade e das instalações elétricas e mecânicas para ventilação e ar condicionado.

**Art. 123** – As cabinas de projeção deverão ser construídas inteiramente de material incombustível e serem completamente independentes da sala de espetáculos, com exceção das aberturas de projeção e visores estritamente necessários.

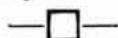
**Art. 124** – Os teatros deverão ainda satisfazer as seguintes condições:

1. terem tratamento acústico adequado;
2. terem camarins para ambos os sexos, com acesso direto do exterior e independente da parte destinada ao público;
3. terem os camarins instalações sanitárias privativas para ambos os sexos.



Estado do Rio Grande do Sul

## Prefeitura Municipal de São Martinho



- 48 -

### T E M P L O S

Art. 125 – As edificações destinadas a templos, além das disposições do presente código de obras que lhe forem aplicáveis, deverão ainda satisfazer as seguintes condições:

1. terem as paredes de sustentação de material incombustível;
2. terem vãos que permitam ventilação permanente;
3. terem portas, corredores e escadas dimensionadas de acordo com as normas estabelecidas para cinemas e teatros;
4. terem instalações preventivas contra incêndio de acordo com as disposições vigentes.

Parágrafo Único – A critério dos órgãos competentes, poderá ser autorizada a construção de templos de madeira, porém sempre de um único pavimento e em caráter precário.

### GINÁSIOS ESPORTIVOS

Art. 126 – As edificações destinadas a ginásios esportivos, além das disposições do presente código que lhe forem aplicáveis e daquelas estabelecidas especificamente para auditórios, deverão ainda satisfazer as seguintes condições:

1. terem, opcionalmente, arquibancadas de madeira, desde que o espaço sobre as mesmas, não seja utilizado;
2. terem vestiários, separados por sexo, e com as seguintes instalações sanitárias mínimas, privativas dos mesmos:
  - a) masculino: cinco vasos, cinco lavatórios, cinco mitórios e dez chuveiros;
  - b) feminino: dez vasos, cinco lavatórios e dez chuveiros.

Parágrafo Único – Em estabelecimentos de ensino poderão ser dispensadas as instalações sanitárias destinadas ao público e aos atletas, uma vez havendo a possibilidade de uso dos sanitários existentes e adequadamente localizados.

### SEDES SOCIAIS E SIMILARES



Estado do Rio Grande do Sul

**Prefeitura Municipal de São Martinho**

—□—

- 49 -

**Art. 127** – As edificações destinadas a sedes sociais, recreativas e desportivas, culturais e similares, além das disposições do presente código que lhe forem aplicáveis, deverão ainda satisfazer as seguintes condições:

1. serem construídas de material incombustível, tolerando-se o emprego de madeira ou outro material combustível apenas nas esquadrias, lambri's, parapeitos, pisos, forros e estrutura da cobertura;
2. terem instalações sanitárias para uso de ambos os sexos, devidamente separadas, com fácil acesso, na proporção mínima de um gabinete sanitário masculino (um vaso, um lavatório e dois mitórios) e um gabinete sanitário feminino (um vaso e um lavatório) para cada quatrocentas pessoas (400), devendo o primeiro gabinete sanitário feminino ter dois vasos sanitários;
3. terem quando houver departamento esportivo, vestiários e respectivas instalações sanitárias de acordo com as disposições estabelecidas especificamente para ginásios;
4. terem instalações preventivas contra incêndio de acordo com as disposições vigentes.

**Parágrafo Único** – A critério do órgão competente, poderá ser autorizada a construção de edificações de madeira, desde que destinadas a sedes de pequenas associações, porém sempre de um único pavimento e em caráter provisório.

**P I S C I N A S**

**Art. 128** – As piscinas em geral deverão satisfazer as seguintes condições:

1. terem as paredes e o fundo revestidas com azulejos ou material equivalente;
2. terem as bordas elevando-se acima do terreno circundante;
3. terem, quando destinadas a uso coletivo, instalações de tratamento e renovação da água, comprovadas pela apresentação do respectivo projeto.



Estado do Rio Grande do Sul

## Prefeitura Municipal de São Martinho

—□—

- 50 -

### HOSPITAIS, ASILOS e SIMILARES

Art. 129 - As edificações destinadas a estabelecimentos hospitalares, asilos, orfanatos, albergues e similares, além das disposições do presente código que lhes forem aplicáveis, deverão ainda satisfazer as disposições específicas estabelecidas para os mesmos pelos órgãos competentes.

### PRÉDIOS INDUSTRIAS

Art. 130 - As edificações destinadas à instalação de fábricas e oficinas em geral, além das disposições do presente código, deverão ainda satisfazer às seguintes condições:

1. serem construídas de material incombustível, tolerando-se o emprego de madeira ou outro material combustível apenas nas esquadrias, pisos, forros e estruturas da cobertura;
2. terem pé-direito mínimo de três metros e cinquenta centímetros(3.50m), quando a área construída for superior a oitenta metros quadrados ( $80.00m^2$ );
3. terem nos locais de trabalhos vãos de iluminação e ventilação com área mínima equivalente a um décimo(1/10) da área útil;
4. terem instalações sanitárias, separadas por sexo na seguinte proporção:
  - a) até sessenta operários(60): um vaso, um lavatório e um chuveiro( e um mitório quando masculino) para cada grupo de vinte(20) operários;
  - b) acima de sessenta(60) operários: um conjunto para cada grupo de trinta(30) operários excedentes;
5. terem vestiários separados por sexo;
6. terem reservatório de água de acordo com as disposições em vigor;
7. terem instalações preventivas contra incêndio de acordo com as disposições em vigor;
8. terem as paredes confinantes do tipo corta-fogo, quando construídas na divisa do lote, elevadas de um metro(1.00m) acima da cobertura;



Estado do Rio Grande do Sul

**Prefeitura Municipal de São Martinho**

—□—

- 51 -

9. terem os compartimentos designados à manipulação ou depósitos de inflamáveis localizados em lugar convenientemente preparados, consoante determinações relativas a inflamáveis líquidos, sólidos ou gasosos.

**DEPÓSITOS DE INFLAMÁVEIS**

**Art. 131** - As edificações destinadas a depósitos de inflamáveis, além das normas específicas e das disposições do presente código que lhe forem aplicáveis, deverão ainda satisfazer as seguintes condições:

1. terem os pavilhões um afastamento mínimo de quatro metros(4.00m) entre si e um afastamento mínimo de dez metros(10.00m) das divisas do lote;
2. terem as paredes, a cobertura e o respectivo vigamento construídos em material incombustível;
3. serem divididas em secções, contendo cada uma no máximo duzentos mil litros(200.000 litros) devendo ter os recipientes resistentes localizados, no mínimo, a um metro(1.00m) das paredes e com capacidade máxima de duzentos litros (200 litros).
4. terem as paredes divisórias das secções, do tipo corta-fogo, elevando-se no mínimo um metro(1.00m) acima da calha ou rufo, não podendo haver continuidade de beirais, vigas, terças e outras peças construtivas;
5. terem as portas de comunicação entre as secções ou com outras dependências do tipo corta-fogo e dotadas de dispositivos de fechamento automático;
6. terem os vãos de iluminação e ventilação uma área não inferior a um vinte avos(1/20) da área útil do respectivo compartimento;
7. terem ventilação mediante aberturas ao nível do piso, em oposição às portas e janelas, quando o líquido armazenado puder ocasionar a produção de vapores;



Estado do Rio Grande do Sul

## Prefeitura Municipal de São Martinho

—□—

- 52 -

8. terem instalação elétrica blindada, devendo os focos incandescentes serem providos de globos impermeáveis ao gás e protegidos com tela metálica;
9. terem instalações preventivas contra incêndio de acordo com as disposições vigentes.

Parágrafo Único - O pedido de aprovação de projeto deverá ser instruído com a especificação da instalação, mencionando o tipo de inflamável, a natureza e capacidade dos tanques ou recipientes, aparelhos de sinalização, assim como, todo o aparelhamento ou maquinário a ser empregado na instalação.

## DEPÓSITOS DE EXPLOSIVOS

Art. 132 - As edificações destinadas a depósitos de explosivos, além das normas específicas e das disposições do presente código que lhe forem aplicáveis, deverão ainda satisfazer as seguintes condições:

1. terem os pavilhões um afastamento mínimo de cinquenta metros (50.00m) entre si e das divisas do lote;
2. terem as paredes, a cobertura e o respectivo vigamento de material incombustível;
3. terem o piso resistente e impermeabilizado;
4. terem vão de iluminação e ventilação com área não inferior a um vinte avos ( $1/20$ ) da área útil;
5. terem instalações preventivas contra incêndio de acordo com as disposições vigentes;
6. deverão ser levantados na área de isolamento, merlões de terra, de dois metros (2.00m) de altura, no mínimo, onde serão plantadas árvores para formação de cortina florestal de proteção

## G A R A G E N S

Art. 133 - As edificações destinadas a garagens particulares individuais, além das disposições do presente código que lhe forem aplicáveis, deverão ainda satisfazer as seguintes condições:

1. terem as paredes de material incombustível;



Estado do Rio Grande do Sul

**Prefeitura Municipal de São Martinho**

—□—

- 53 -

2. terem pé-direito mínimo de dois metros e vinte centímetros(2.20m);
3. terem vãos de ventilação com área mínima equivalente a um vinte avos(1/20) da área útil;
4. terem as dimensões mínimas de dois metros e cinquenta centímetros(2.50m) de largura e cinco metros e cinquenta centímetros de profundidade(5.50m);
5. não terem comunicação direta com compartimentos de permanência prolongada noturna;
6. terem as rampas, quando houver, situadas totalmente no interior do lote e com declividade máxima de trinta por cento (30%).

**Art. 134** – As edificações destinadas a garagens particulares coletivas, consideradas aquelas que forem construídas no lote, em sub-solo ou em um ou mais pavimentos de edifícios de habitação coletiva ou de uso comercial, além das disposições do presente código e aquelas estabelecidas especificamente para garagens individuais que lhes forem aplicáveis, deverão ainda satisfazer as seguintes condições:

1. terem os locais de estacionamento(boxes) largura mínima de dois metros e quarenta centímetros(2.40m) e profundidade mínima de cinco metros(5.00m);
2. terem vãos de entrada de largura mínima de três metros(3.00m) quando a capacidade da garagem for igual ou inferior a trinta carros e no mínimo, dois vãos(2) quando superior;
3. terem os corredores de circulação de largura mínima de três metros(3.00m), três metros e cinquenta centímetros(3.50m) e cinco metros (5.00m) quando os locais de estacionamento formarem em relação aos mesmos, os ângulos de 30°, 45° ou 90° respectivamente.

**Parágrafo Único** – não serão permitidas quaisquer instalações de abastecimento, lubrificação ou reparos em garagens particulares coletivas.

**ABASTECIMENTO de VEÍCULOS**



Estado do Rio Grande do Sul

**Prefeitura Municipal de São Martinho**

—□—

- 54 -

**Art. 135 – As instalações de equipamentos para abastecimento de combustível sómente será permitida em:**

1. postos de serviços;
2. garagens comerciais, quando estas tiverem uma área útil ou superior a setecentos metros quadrados ( $700.00m^2$ ) ou uma capacidade de estacionamento normal igual ou superior a cinquenta carros (50);
3. estabelecimentos, comerciais, industriais, empresas de transporte e entidades públicas, quando tais estabelecimentos possuirem, no mínimo, dez (10) veículos de sua propriedade.

**Art. 136 – As edificações destinadas a instalação de equipamentos para abastecimento de combustível, além das disposições do presente código que lhe forem aplicáveis, deverão ainda satisfazer as seguintes condições:**

1. serem construídas de material incombustível, tolerando-se o emprego de madeira ou outro material combustível apenas nas esquadrias e estrutura de cobertura;
2. ter as colunas de abastecimento um afastamento mínimo de seis (6) metros do alinhamento da rua, sete metros (7.00m) das divisas laterais dos lotes, doze metros (12) das divisas dos fundos do lote e quatro metros (4.00m) de qualquer parede;
3. serem os reservatórios subterrâneos, metálicos e hermeticamente fechados, com capacidade máxima de quinze mil litros (15.000 litros) e terem um afastamento mínimo de dois metros de qualquer parede;
4. terem os reservatórios um afastamento mínimo de oitenta metros (80.00m) do terreno de qualquer escola;
5. terem instalações preventivas contra incêndio de acordo com as disposições vigentes.

**Art. 137 – Os postos de serviço e as garagens comerciais, além das disposições do presente código que lhes forem aplicáveis e daquelas estabelecidas especificamente, deverão ainda satisfazer as seguintes condições:**



Estado do Rio Grande do Sul

## Prefeitura Municipal de São Martinho

—□—

- 55 -

1. terem instalações sanitárias franqueadas ao público, com chuveiro privativo para os funcionários;
2. terem muro, com altura de um metro e oitenta centímetros(1.80m), sobre as divisas não edificadas do terreno;
3. terem instalações para suprimento de água e ar comprimido.

Art. 138 - Os postos de serviços deverão ter instalações para limpeza e conservação de veículos, podendo ainda existir serviços de reparos rápidos.

Parágrafo Único - Os serviços de lavagem e lubrificação, quando localizados a menos de quatro metros(4.00m) das divisas, deverão estar em recintos cobertos e fechados nestas divisas.

## T O L D O S

Art. 139 - Será permitida a colocação de toldos ou passagens cobertas sobre os passeios públicos e recuos fronteiros nos prédios comerciais, observado o seguinte:

1. não serão permitidos apoios sobre os passeios;
2. a altura livre não poderá ser inferior a dois metros e cinquenta centímetros(2.50m);

Art. 140 - Nos prédios destinados ao funcionamento de hotéis, hospitais, clubes, cinemas e teatros, os toldos ou passagens cobertas só serão permitidas na parte fronteira às entradas principais e deverão observar o seguinte:

1. os apoios, quando necessários junto ao meio-fio, deverão guardar um afastamento invariável de trinta centímetros(0.30m) do mesmo;
2. a altura livre não poderá ser inferior a dois metros e cinquenta centímetros (2.50m).

## INSTALAÇÕES HIDRAULICAS

Art. 141 - As edificações abastecíveis pela rede pública de distribuição de água deverão ser dotadas de instalações hidráulicas de acordo com as normas vigentes e as disposições da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas).



Estado do Rio Grande do Sul

**Prefeitura Municipal de São Martinho**

—□—

- 56 -

**Art. 142 – Nas edificações destinadas ao uso residencial ou comercial, as instalações hidráulicas deverão ainda satisfazer as seguintes condições:**

1. as edificações com um ou dois pavimentos poderão ter abastecimento direto, indireto ou misto;
2. nas edificações com mais de dois pavimentos, somente os dois primeiros pavimentos poderão ter abastecimento direto ou misto;
3. em qualquer caso, as lojas deverão ter abastecimento independente, relativo ao restante da edificação;
4. nas edificações com três ou quatro pavimentos será obrigatório a instalação de reservatório superior;
5. nas edificações com mais de quatro pavimentos será obrigatória a instalação de reservatório inferior, reservatório superior e de bomba de recalque.

**Parágrafo Único – Para garantia do abastecimento e suprir imprevistos, poderá a Administração determinar, por decreto genericamente, a obrigatoriedade de instalação de reservatório elevado de água e respectiva capacidade mínima, dosada em função da utilização e dimensões da construção.**

**Art. 143 – Nas edificações destinadas a hotéis, asilos, escolas, e hospitais, as instalações hidráulicas deverão ainda satisfazer as seguintes condições:**

1. em qualquer caso, independente do número de pavimentos, só o pavimento térreo poderá ter abastecimento misto, devendo os demais terem abastecimento indireto, não sendo permitido em hipótese alguma a abastecimento direto;
2. nas edificações com até quatro pavimentos será obrigatória a instalação de reservatório superior, dependendo a instalação do reservatório inferior e de bomba de recalque, das condições piso-métricas reinantes no distribuidor, a juízo dos órgãos competentes; em qualquer caso, entretanto, serão previstos locais para reservatório inferior e bomba de recalque



Estado do Rio Grande do Sul

## Prefeitura Municipal de São Martinho

—□—

- 57 -

mesmo que não sejam inicialmente necessários, a fim de fazer face a futuros abaixamentos de pressão;

3. nas edificações com mais de quatro pavimentos serão obrigatoriamente instalados reservatórios superior e inferior e bombas de recalque.

**Art. 144** – A capacidade total mínima dos reservatórios deverá ser dimensionada na proporção de:

1. seis (6) litros por metro quadrado de área construída, nas edificações destinadas ao uso residencial ou comercial, a hotéis, asilos ou escolas;
2. oito (8) litros por metro quadrado de área construída nas edificações destinadas a hospitais;
3. o reservatório superior, quando houver, deverá ter uma capacidade mínima de quarenta por cento (40%) da capacidade total dos reservatórios.

## INSTALAÇÕES SANITÁRIAS

**Art. 145** – Onde não existir rede cloacal, será obrigatória a instalação de fossas sépticas para tratamento do esgoto cloacal, distinguindo-se os seguintes casos:

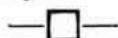
1. quando houver rede de esgoto pluvial, o afluente da fossa poderá ser descarregado diretamente na mesma desde que passe anteriormente por um filtro anaeróbico;
2. quando não houver rede de esgoto pluvial, o afluente da fossa deverá ser conduzido a um poço absorvente (sumidouro), podendo o extravasor (ladrão) deste ser ligado, mediante canalização à sargetas, valas ou cursos de água desde que anteriormente passem por um filtro anaeróbico.

## INSTALAÇÃO ELÉTRICA



Estado do Rio Grande do Sul

## Prefeitura Municipal de São Martinho



- 58 -

**Art. 146** – As edificações deverão ser providas de instalação elétrica, calculadas e executadas de acordo com as normas vigentes e as disposições da ABNT que lhe forem aplicáveis.

**Art. 147** – Os circuitos de instalações elétricas que atenderem teatros, cinemas e similares deverão ser inteiramente independentes dos demais circuitos da edificação.

**Art. 148** – As edificações destinadas a hospitais deverão ter, obrigatoriamente, instalações de geradores de emergência com potência mínima igual a vinte e cinco por cento (25%) da potência instalada; estes geradores deverão atender as salas de cirurgia, pronto socorro, equipamentos essenciais, corredores e, no mínimo, um ponto de luz por aposento destinado a enfermos.

### INSTALAÇÕES TELEFÔNICAS

**Art. 149** – Nas edificações destinadas a uso coletivo em geral, ou habitação individual será obrigatória a instalação de tubulações para serviços telefônicos, na proporção mínima de um aparelho por economia.

### INSTALAÇÕES de ANTENAS

**Art. 150** – Nas edificações destinadas a uso coletivo em geral, ou habitação individual será obrigatória a instalação de tubulações para antenas de televisão, na proporção mínima de um aparelho por econômia.

### INSTALAÇÃO DE ELEVADORES

**Art. 151** – Nas edificações que apresentarem circulação vertical superior a quatro(4) pavimentos ou doze metros (12.00m) será obrigatória a instalação de, no mínimo, um elevador, e quando superior a oito(8) pavimentos ou vinte e dois metros (22.00m), de, no mínimo, dois(2) elevadores.

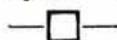
Parágrafo Único – não serão computados:

1. o pavimento térreo quando destinado exclusivamente a área coberta;
2. o pavimento imediatamente inferior ao térreo;



Estado do Rio Grande do Sul

## Prefeitura Municipal de São Martinho



- 59 -

3. o ultimo pavimento quando destinado exclusivamente a zelador.

Art. 152 - O dimensionamento dos elevadores, em número ou capacidade, dependerá sempre do cálculo de tráfego e das disposições vigentes.

Art. 153 - Em caso algum, os elevadores poderão constituir o meio exclusivo de circulação vertical.

Art. 154 - As edificações de uso misto poderão ser servidas por elevadores exclusivos para os escritórios e exclusivos para os apartamentos, devendo o cálculo de tráfego ser feito se-paradamente e, pelo menos dois(2) elevadores servirem os pavimentos superiores ao sexto(6º).

Art. 155 - A exigência de instalação de elevadores é extensiva às edificações que sofrerem aumento de circulação vertical.

## NUMERAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES

Art. 156 - A numeração das edificações será efetuada pelo órgão competente, sendo obrigatória a fixação, em lugar visível, da respectiva placa.

Parágrafo Único - As placas ou outras formas adotadas para numeração de prédios dependem da aceitação ou não dos órgãos competentes, podendo os mesmos também exigir a substituição das quais que se encontrarem danificadas.

Art. 157 - A numeração das edificações de uso coletivo obedecerá à seguinte orientação, para as economias que não tiverem acesso direto do logradouro:

1. quando não houver mais de nove(9) economias por pavimento:

no térreo.....	1 à 9
no 1º andar .....	11 à 19
no 2º andar .....	21 à 29
etc.	

2. quando houver mais de nove(9) economias por pavimento:



Estado do Rio Grande do Sul

## Prefeitura Municipal de São Martinho

—□—

— 60 —

no térreo..... 1 à 99  
no 1º andar..... 101 à 199  
no 2º andar..... 201 à 299  
etc.

3. os pavimentos localizados no sub-solo obedecem à mesma orientação, antepondo-se porém um zero(0) ao respectivo número;
4. horizontalmente, a numeração se fará, sempre que possível, da esquerda para a direita, daquele que estiver de costas para o elevador ou topo do lance da escada.

## DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 158 - Os casos omissos e as dúvidas de interpretação do presente código de obras serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Obras e Saneamento e Setor de Engenharia.

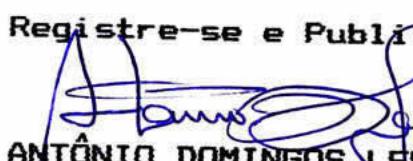
Art. 159 - Para todos os efeitos constituirão parte integrante do presente código de obras as disposições, resoluções, recomendações e demais atos da ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT.

Art. 160 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a LEI MUNICIPAL Nº 85 de 08 de abril de 1966.

Gabinete do Prefito Municipal de São Martinho, aos 18 dias do mês de outubro de 1991.

Aloísio Talso Classmann  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

  
ANTÔNIO DOMINGOS LENA

Secretário de Administração